



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL

CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Ramo de desenvolvimento rural

Tese de Mestrado:

**Cooperativas Agrícolas e Desenvolvimento Comunitário no Distrito de Boane:
O Caso das Cooperativas 25 de Setembro e Agro-Pecuária de Campoane**

Autora: Telma Vanessa Nunes G. Alegre

Supervisor: Prof. Doutor Fidelx Kulipossa

Maputo, Outubro de 2012

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
Mestrado em Desenvolvimento Agrário
Ramo de Desenvolvimento Rural

Tese de Mestrado:

Cooperativas Agrícolas e Desenvolvimento Comunitário no Distrito de Boane: O
Caso das Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane

Autora: Telma Vanessa Nunes G. Alegre

Maputo, Outubro de 2012

Declaração de Honra

Eu, Telma Vanessa Nunes G. Alegre, declaro por minha honra que esta tese nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau acadêmico, seja nesta ou em qualquer outra universidade.

Ela é fruto do trabalho de investigação por mim realizado desde 2008.

Para a sua conclusão, recorri a várias fontes escritas, orais, à pesquisa de campo e às orientações metodológicas e científicas do meu supervisor. Os conhecimentos obtidos das diversas fontes (escritas, orais ou de pesquisa de campo) foram citadas nesta tese de acordo com os princípios da Metodologia Científica.

Telma Vanessa Nunes G. Alegre

Dedicatória

Dedico esta Tese de Mestrado especialmente ao meu filho Paulo Tiago Alegre de Azevedo que me inspirou a lutar em momentos difíceis para que continuasse a acreditar que este projecto fosse uma realidade. Desde a sua tenra idade, pequenos actos foram fundamentais para que nunca perdesse em mente a importância de conseguirmos nos educar.

Ao meu esposo João Paulo de Azevedo que me deu forças nos momentos cruciais do desenvolvimento desta tese.

Aos meus pais que me apoiaram através de conselhos e recursos materiais e financeiros ao longo de toda a minha educação.

Aos meus irmãos e demais familiares que estiveram do meu lado me dando a força que sempre precisei.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar ao Prof. Dr. Fidelx Pius Kulipossa, pelo acompanhamento e disponibilidade e paciência no acompanhamento da tese. Foram vários os momentos que, pelo seu rigor científico e metodológico me senti crescer no ramo de pesquisa científica. O meu reconhecimento vai sem dúvida para o grau de exigência e profissionalismo que o caracterizam.

Não deixaria de agradecer também aos membros das Cooperativas 25 de Setembro e Agropecuária de Campoane, em especial às mulheres que, pela sua boa vontade facilitaram o trabalho de recolha de dados bem como forneceram informações cruciais que sustentam esta tese.

À Direcção de Actividades Económicas de Boane e à Direcção Distrital da UNAC que apoiaram com várias informações e documentos úteis a tese.

Em especial agradeço ao Lampreia Cossa e ao Paulo Carlos Romão por estarem do meu lado concedendo conselhos úteis e apoio na recolha de informação para a tese.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a conclusão desta tese de Mestrado, os meus sinceros agradecimentos.

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

ONGs – Organizações Não Governamentais

UNAC – União Nacional de Camponeses

FDD – Fundo de Desenvolvimento Distrital

USAID – Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

BCI- Banco Comercial e de Investimentos

SDAE – Serviços Distritais de Actividades Económicas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Lista de Tabelas, Quadros e Caixas

Tabela 2.1.1.....	10
Tabela 2.9.1.....	17
Quadro 4.1.1.....	27
Quadro 4.1.2.....	31
Quadro 4.1.3:	34
Quadro 4.2.1.....	36
Quadro 5.1.....	47
Quadro 5.2.....	51
Quadro 5.3.1.....	56
Quadro 5.3.2:.....	58
Quadro 6.1.....	63
Quadro 6.2.....	66
Caixa 4.1.1.....	28
Caixa 4.1.2.....	29
Caixa 4.1.3.....	30
Caixa 4.1.4.....	33
Caixa 5.2.1.....	53
Caixa 5.2.2.....	55

Lista de Anexos

Anexo 1: Questionário de Pesquisa.....	93
Anexo 2: Lista de Pessoas Entrevistadas e Inquiridas.....	97
Anexo 3: Localização Geográfica das Cooperativas.....	99

Resumo

O presente estudo analisa o papel das cooperativas agrícolas no desenvolvimento comunitário no distrito de Boane, tomando as Cooperativas 25 de Setembro e Agro-Pecuária de Campoane como estudos de caso.

Para alcançar este objectivo, o estudo levantou uma questões-chave e três hipóteses de trabalho que foram operacionalizadas no Capítulo 3. Com base nas variáveis e nos indicadores identificados, foram recolhidos dados empíricos nas duas cooperativas agrícolas e depois foram analisados em três capítulos empíricos.

Com base na análise crítica dos dados empíricos, conclui-se que as cooperativas agrícolas jogam um papel relevante no desenvolvimento comunitário no distrito de Boane. Com efeito, elas contribuem para o desenvolvimento comunitário através de prestação de serviços, capacitação institucional, promoção de pequenas e médias empresas (PMEs), participação em grupos e redes sociais, disseminação e partilha de informação, promoção de solidariedade e confiança entre actores do desenvolvimento comunitário, mobilização comunitária, e participação comunitária, apesar de vários constrangimentos e desafios que as cooperativas agrícolas enfrentam.

Os constrangimentos e desafios que as cooperativas agrícolas enfrentam foram os principais pontos de partida para as recomendações avançadas no Capítulo 7.

ÍNDICE

Declaração de Honra.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	iv
Lista de Quadros e Caixas.....	v
Lista de Anexos.....	vi
Resumo.....	vii
Capítulo 1: Introdução	1
1.1 Contextualização do Problema.....	1
1.2 Objectivos do Estudo	2
1.2 Questões-Chave e Hipóteses do Estudo.....	3
1.2.1 Questões-Chave do Estudo	3
1.2.2 Hipóteses do Estudo.....	3
1.2.2.1 Justificação das Hipóteses.....	3
1.3 Resumo dos Capítulos do Estudo.....	4
Capítulo 2: Definição de Conceitos-Chave do Estudo.....	8
2.1 Cooperativa.....	8
2.2 Cooperativa Agrícola	10
2.3 Capital Social	11
2.4 Sinergias Público-Privadas	12
2.5 Rede Social	13
2.6 Desenvolvimento	13
2.7 Comunidade	14
2.8 Desenvolvimento Comunitário	15
2.9 Participação e Mobilização	16
2.9.1 Tipos de Participação.....	17
Capítulo 3: Metodologia de Investigação do Problema	18
3.1 Operacionalização das Hipóteses do Estudo.....	18
3.1.1 As Hipóteses Principais do Estudo	18
3.1.2 Identificação das Variáveis Independentes e Dependentes das Hipóteses.....	18
3.1.3 Identificação de Indicadores de Cada uma das Variáveis Independentes e Dependentes.....	19
3.2 Métodos Específicos Utilizados na Recolha de Dados	23
3.2.1 Pesquisa Bibliográfica.....	23

3.2.2 Pesquisa Documental	23
3.2.3 Entrevistas Semi-Estruturadas	24
3.2.4 Questionário	24
3.2.5 Análise de Estudo de Caso	25
3.2.6 Fonte de Dados	25
Capítulo 4: Cooperativas Agrícolas e Sua Participação nas Sinergias Público-Privadas	26
4.1 Contribuição das Cooperativas no Desenvolvimento Comunitário	26
4.1.1 As Cooperativas e a Prestação de Serviços	26
4.1.2 As Cooperativas Agrícolas e a Capacitação Institucional	31
4.1.3 As Cooperativas Agrícolas e a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	34
4.2 Promoção de Participação das Cooperativas nas Sinergias Público-Privadas	35
4.3 Cooperativas como forma de Capital Social	39
4.4 Cooperativas e os Seus Benefícios para os Membros	42
4.5 Cooperativas e os Benefícios para as Comunidades Locais	43
4.6 Resumo do Capítulo	44
Capítulo 5: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação de Grupos e Redes Sociais, na Disseminação e Partilha de Informação e na Promoção de Solidariedade e Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário	46
5.1 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação em Grupos e Redes Sociais	47
5.2 Cooperativas Agrícolas na Disseminação e Partilha de Informação entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário	51
5.3 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Solidariedade e Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário	55
5.3.1 Cooperativas Agrícolas e Promoção de Solidariedade entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário	55
5.4 Resumo do Capítulo	60
Capítulo 6: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização e Participação Comunitária	62
6.1 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação Comunitária	62
6.2 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização Comunitária	66
6.3 Resumo do Capítulo	70
Capítulo 7: Conclusões e Recomendações	72
7.1 Introdução	72
7.2 Resultados do Estudo	73
7.3 Recomendações	79
BIBLIOGRAFIA	84
Anexos	93

Capítulo 1: Introdução

1.1 Contextualização do Problema

Através da Resolução 64/136 de 18 de Dezembro de 2009, as Nações Unidas proclamaram **2012 Ano Internacional das Cooperativas**. Ao proclamar 2012 como Ano Internacional das Cooperativas, as Nações Unidas argumentam que elas contribuem para o desenvolvimento sócio-económico dos países e para o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. Com efeito, as cooperativas contribuem para o crescimento económico sustentado através da provisão de emprego a mais de 100 milhões de pessoas no mundo e contribuem para o aumento da produtividade agrícola, acesso expansivo aos serviços financeiros e para o Produto Interno Bruto (PIB). As cooperativas ajudam a criar um crescimento mais equitativo, fazendo com que os mercados funcionem melhor para os pobres, gerando economias de escala, e aumentando o acesso à informação. As cooperativas que operam no sector informal também ajudam a transformar as actividades de sobrevivência dos pobres em negócios viáveis através de lucros que são re-investidos em novos negócios ou através de partilha dos lucros entre os seus membros, de maneira que os resultados destes lucros sejam retidos localmente (United Nations 2010; 2009; Pollet and Develtere 2004; ILO 2002).

As cooperativas também contribuem para a redução da pobreza através do aumento da produtividade e dos rendimentos dos pequenos agricultores, ajudam os pequenos agricultores a negociarem colectivamente melhores preços das sementes, dos fertilizantes, do transporte e dos armazéns. Elas também ajudam aos pobres a terem acesso aos serviços financeiros através de créditos de poupanças, seguros e remessas. As cooperativas também fornecem uma vasta gama de serviços tais como educação, cuidados de saúde, habitação, água, electricidade e outros serviços cruciais para o bem-estar das pessoas. Enfim, as cooperativas abrem oportunidades de auto-determinação e empoderamento das pessoas, contribuindo para a realização das potencialidades humanas e para o desenvolvimento humano (DFID 2010: 3-4).

Todavia, apesar da relevância social e económica das cooperativas no panorama internacional, pouco se conhece em que medida as cooperativas contribuem para o desenvolvimento sócio-económico em Moçambique. Com efeito, muitas pessoas em Moçambique inquietam-se sobre algumas destas questões gerais:

 Será que as cooperativas contribuem para a redução da pobreza e exclusão social? De que forma elas reduzem a pobreza e a exclusão social?

Será que elas são instrumentos que unem as comunidades locais à volta dos objectivos e interesses comuns?

Quais são as vantagens comparativas das cooperativas relativamente às outras organizações sociais?

Responder a estas e outras questões gerais reveste-se de grande importância científica e prática pois existem ainda dúvidas sobre o papel que as cooperativas jogam actualmente em Moçambique, especialmente no contexto de economia de mercado em vigor no país.

1.2 Objectivos do Estudo

O objectivo principal geral deste estudo é o de analisar em que medida as cooperativas agrícolas contribuem para o desenvolvimento comunitário no distrito de Boane, província de Maputo, tomando as Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane como estudo de caso.

Os objectivos específicos do estudo são de investigar (i) se as duas cooperativas tomam parte nas sinergias público-privadas para beneficiar os seus membros e a comunidade local; (ii) identificar os grupos e as redes sociais onde elas participam (tomam parte), como elas disseminam e partilham informação, promovem a solidariedade e confiança entre os actores de desenvolvimento comunitário; e (iii) analisar o papel das cooperativas na mobilização da comunidade local e na promoção da participação comunitária rumo ao desenvolvimento comunitário efectivo em Boane.

A escolha das duas cooperativas como caso de estudo deveu-se ao facto de elas se localizarem perto da cidade de Maputo, por terem as mesmas características e história de surgimento e, por isso, permitirem uma maior facilidade para a recolha de dados e um maior acesso aos locais de pesquisa de campo. A segunda razão para a escolha das duas cooperativas do distrito de Boane foi reduzir os custos de transporte e recursos humanos. Por estas razões, este estudo não podia ser estendido às outras cooperativas do distrito de Boane, nem a toda a província de Maputo ou a outras províncias de Moçambique.¹ As duas permitiriam um maior acesso aos locais para recolha de dados visto que, por razões de exiguidade de recursos humanos e financeiros, não se poderia estender o estudo a outras áreas

¹ Os custos de transporte e recursos humanos para abranger todas as cooperativas do distrito de Boane seriam de aproximadamente 50.000,00 MT, para as cooperativas de toda a província de Maputo seriam aproximadamente 100.000,00MT, enquanto para abranger todas as cooperativas de Moçambique seriam de aproximadamente 300.000,00MT. Estes custos seriam insuportáveis para um estudo auto-financiado. Por tudo isso, optou-se por um local próximo da cidade de Maputo, daí a escolha das duas cooperativas em Boane.

geográficas do País. Porém, pensa-se que o estudo irá trazer elementos que podem suscitar interesse para a continuação da investigação nesta área.

1.2 Questões-Chave e Hipóteses do Estudo

1.2.1 Questões-Chave do Estudo

Para analisar de que forma as cooperativas agrícolas promovem o desenvolvimento comunitário, o estudo levanta a seguinte questão-chave de partida:

Em que medida as cooperativas agrícolas promovem o desenvolvimento comunitário no distrito de Boane?

1.2.2 Hipóteses do Estudo

Para responder à questão levantada, o estudo parte das seguintes hipóteses de trabalho:

1. Se as cooperativas agrícolas tomarem parte de sinergias público-privadas para maximizar o desenvolvimento comunitário.
2. Se as cooperativas participarem nos grupos e nas redes sociais, disseminarem e partilharem informação e promoverem maior solidariedade e confiança entre os actores que participam nos processos de desenvolvimento comunitário.
3. Se as cooperativas promoverem a mobilização e participação comunitária, contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

1.2.2.1 Justificação das Hipóteses

A primeira hipótese levanta um aspecto importante para o desenvolvimento comunitário: as sinergias público-privadas. As sinergias servem de complementaridade às acções do Governo e dos cidadãos com vista ao alcance de um bem comum. As sinergias público-privadas produzem bens colectivos através de cooperação entre os vários actores de desenvolvimento. Quando se formam estas sinergias, observa-se uma maior eficiência do desenvolvimento comunitário através de agregação de valor à cadeia de produção.

A segunda hipótese justifica-se pelo facto de os recursos disponíveis serem de maior acessibilidade se os indivíduos poderem se inserir numa rede de ligações que lhes permitam obter algum retorno do seu investimento. A ligação às redes sociais permite que informações cruciais fluam na rede e que a coesão

do grupo aumente. As oportunidades de acesso aos mercados, por exemplo, ou a modalidade de atribuição de créditos comunitários podem chegar aos indivíduos através das redes sociais nas quais se inserem. É através das redes que se verifica uma influência na distribuição de recursos dentro da rede ou entre redes. As relações sociais existentes entre a sociedade e o Estado para a prossecução de acções conjuntas permitem que as comunidades tenham acesso a informações importantes ou algum benefício. As cooperativas, como parte da sociedade, quando colaboram com o Estado e outros grupos estratégicos estão em melhores condições de ter acesso a informações que podem determinar o seu desenvolvimento.

O acesso à informação tem sido reconhecido cada vez mais como fundamental para ajudar as comunidades empobrecidas a terem uma voz mais activa em assuntos relativos ao seu bem-estar (Banco Mundial, 2002). Quando os indivíduos estão inseridos numa rede de relações sociais, mais rapidamente terão acesso aos recursos existentes. Informações relacionadas às tendências dos preços no mercado assim como outras informações cruciais para o desenvolvimento da actividade agrícola são fundamentais para que se observe um aumento da capacidade de as cooperativas incrementarem os seus rendimentos e contribuírem para o desenvolvimento comunitário. As cooperativas têm como objectivo disseminar informações que promovem os seus membros a participarem em processos económicos, como o acesso aos mercados, poder de negociação na comercialização e melhoria dos rendimentos, aumentando também a sua capacidade produtiva.

No que concerne à terceira hipótese, propõe-se pela razão de as cooperativas serem percebidas como um instrumento de mobilização dos indivíduos para participarem no processo de desenvolvimento comunitário. Os valores são incutidos para que haja uma adesão efectiva dos membros e das comunidades para as questões de desenvolvimento comunitário. No processo de mobilização, as cooperativas contribuem para que haja um envolvimento cada vez maior das comunidades no processo de tomada de decisões e acesso aos recursos existentes como um meio de impulsionar o desenvolvimento comunitário. No que respeita à participação, o envolvimento e cometimento dos indivíduos das cooperativas e comunidades é fundamental. A participação permite que os indivíduos tomem decisões sobre a sua própria vida e bem-estar. Um processo democrático requer participação. E participação significa contribuir para o desenvolvimento.

1.3 Resumo dos Capítulos do Estudo

Para além deste capítulo introdutório, os restantes capítulos se debruçam sobre a análise dos seguintes tópicos:

Capítulo 2: Definição de Conceitos-Chave

Este capítulo define os conceitos cruciais do estudo: (i) cooperativa e como se apresentam segundo a sua tipologia e a diferença entre cooperativa e outras organizações tais como associações e sociedades comerciais; (ii) a cooperativa agrícola; (iii) o capital social e suas formas de manifestação; (iv) sinergias público-privadas; (v) grupos e redes sociais e sua tipologia e caracterização; (vi) desenvolvimento e as várias vertentes que determinam a sua existência; (vii) comunidade e suas especificidades; (viii) desenvolvimento comunitário; (ix) solidariedade; (x) participação e mobilização e; (xi) tipos de participação.

Conceito 3: Metodologia de Investigação do Problema

Este capítulo aborda a operacionalização das variáveis e subvariáveis das hipóteses deste estudo. Este exercício é necessário para que se possa estabelecer a existência empírica das variáveis e subvariáveis visto que, elas não podem ser directamente observadas no mundo empírico. Através do processo de operacionalização, identificam-se indicadores contidos nas variáveis das hipóteses do estudo.

Os indicadores provenientes das variáveis constituem o tipo de informação empírica que se pretendeu obter no terreno dos quais foi necessário utilizar os métodos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas, questionário e o método de análise de estudo de caso.

Capítulo 4: Cooperativas Agrícolas e Sua Participação nas Sinergias Público-Privadas

O capítulo 4 é um dos capítulos mais importantes do estudo pois, analisa os dados empíricos recolhidos ao longo da pesquisa efectuada no distrito de Boane, de modo a analisar até que pontos as hipóteses apresentadas na Secção 1.3.2 constituem ou não uma verdade.

Este capítulo analisou a participação das duas cooperativas nas sinergias público-privadas, com base nos indicadores de prestação de serviços, capacitação institucional das cooperativas, promoção de PMEs e promoção de participação de cooperativas nas sinergias público-privadas.

Como resultados da análise crítica da informação obtida dos vários indicadores, este capítulo conclui que, as duas cooperativas têm estado a prestar serviços satisfatórios, apesar de a formação do pessoal ainda não ter alcançado níveis satisfatórios. Os dados empíricos mostram que as mulheres já são parte da liderança das cooperativas e elas apresentam habilidades de negociação. As lideranças das duas

cooperativas carecem de habilidades para atrair novos apoios e serviços o que justifica a conclusão de que, há inexistência de fóruns e redes de inovação bem como a não capitalização de recursos existentes internos e externos.

O desenvolvimento de PME's e as parcerias público-privadas foram também discutidos neste capítulo que concluiu que estes dois indicadores são inexistentes. Não se observa o aparecimento de PME's e não se verificam iniciativas que envolvam o governo do distrito, o sector privado e as comunidades do distrito de Boane.

Capítulo 5: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação de Grupos e Redes Sociais, na Disseminação e Partilha de Informação e na Promoção de Solidariedade e Confiança entre os Actotes de Desenvolvimento Comunitário

Este capítulo analisou os dados empíricos recolhidos ao longo da pesquisa no que respeita às variáveis de participação em grupos e redes sociais, a partilha de informação e promoção de solidariedade e confiança.

Com base nos dados empíricos examinados, confirma-se que as redes e grupos sociais são a base de sobrevivência das comunidades e os interesses das duas cooperativas são alcançados através da sua interacção permanente. Apesar deste facto, as duas cooperativas não apresentam ainda um nível de capital social extra-comunitário pois o número de ligações a grupos e redes sociais deve aumentar abarcando outros fóruns e redes exteriores à comunidade.

O nível de comunicação entre os membros das cooperativas é satisfatório. As fontes de informação ainda não são bastantes, agravado pelo facto de o Governo Distrital ter um fraco envolvimento.

Os níveis de solidariedade e confiança são satisfatórios ao nível comunitário, o que não se verifica em relação ao Governo Distrital e outros grupos.

Capítulo 6: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização e Participação Comunitária

Este capítulo tem como base as variáveis de mobilização e participação. Analisou os dados empíricos recolhidos tendo realçado que as cooperativas ainda enfrentam grandes desafios para o exercício de cidadania. Tal deve-se ao facto de haver na maior parte dos membros, uma consciência em relação a necessidade de participação e mobilização, mas não existir os instrumentos adequados para a sua efectivação.

O grau de mobilização comunitária é elevado quando se trata de questões inerentes a resolução de problemas das comunidades.

Capítulo 7: Conclusões e Recomendações

O capítulo 7 apresenta os principais resultados do estudo e principais recomendações. A primeira secção revisita os objectivos, a questão-chave do estudo e as hipóteses avançadas para responder a questão-chave e como cada hipótese foi operacionalizada. A segunda secção apresenta os principais resultados obtidos a partir da análise aos Capítulos 4, 5 e 6 e aborda as implicações teóricas e práticas do estudo. A terceira secção apresenta as recomendações gerais como solução de alguns problemas identificados nas variáveis e sub-variáveis.

Depois deste capítulo, apresenta-se a Bibliografia através de obras científicas que foram utilizadas para a sustentação do estudo e depois os anexos que apresentam as fontes complementares do estudo.

Capítulo 2: Definição de Conceitos-Chave do Estudo

2.1 Cooperativa

A cooperativa é definida pela Aliança Cooperativa Internacional como:

“...uma associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais em comum, através de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática” (ACI, citada por Romão 2011: 13).

Makoto Sato, citado por Mutemba (1998:20), define cooperativa como uma organização económica formada por:

- a) Trabalhadores que não detêm meios de produção;
- b) Produtores de pequena escala que os detêm, mas constantemente confrontados com a ameaça de os perder;
- c) Detentores de meios de produção inadequados que tentam superar a sua inferioridade económica agindo colectivamente.

Ainda assim, o autor considera a cooperativa uma organização de pessoas economicamente dependentes, ela não é necessariamente organizada por essas mesmas pessoas mas, sim, por aqueles que são economicamente mais fortes com o propósito de moderar as contradições sociais.

Segundo o texto da 90ª Conferência da OIT, uma sociedade cooperativa é:

...uma associação de pessoas que voluntariamente se juntaram a fim de alcançar um objectivo comum, pela constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota parte equitativa do capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos frutos dessa empresa, no funcionamento da qual os membros participam activamente (OIT, citada por Romão, 2011: 13).

O Governo de Moçambique define cooperativa como:

“...pessoas colectivas autónomas de livre constituição, de capital e composição variáveis e de controlo democrático, em que os seus membros obrigam-se a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma actividade económica de proveito comum, através de acções mútuas e mediante partilha de risco, com vista à satisfação das suas necessidades e aspirações económicas e um retorno patrimonial predominantemente realizado na proporção das suas operações” (Assembleia da República, 2009: 18).

As cooperativas desempenham um papel importante no desenvolvimento comunitário. Algumas diferenças são notórias no tipo de cooperativas existentes mas, muitas, têm como referência os

princípios dos Pioneiros de Rochdale². Todas as cooperativas são democráticas e igualitárias, seus dirigentes são eleitos pelos membros, as directrizes são discutidas e aprovadas em assembleias gerais, participação na actividade produtiva, gestão e distribuição dos excedentes conforme a participação de cada um. Os valores e princípios das cooperativas são segundo Tchami (2007:15-19).

Todas as cooperativas são democráticas e igualitárias, seus dirigentes são eleitos pelos membros, as directrizes são discutidas e aprovadas em assembleias gerais, participação na actividade produtiva, gestão e distribuição dos excedentes conforme a participação de cada um. Mas, acima de tudo, muitas cooperativas se regem pelos princípios da Aliança Cooperativa Internacional que aprovou os sete princípios cooperativos em 1995:

- Livre acesso e adesão voluntária;
- Controlo, organização e gestão democrática;
- Participação económica dos seus associados;
- Autonomia e independência;
- Educação, capacitação e informação;
- Cooperação entre cooperativas;
- Compromisso com a comunidade;

Tipos de Cooperativas

Segunda a ACI (2011), o modelo cooperativo de empresa pode ser aplicado a qualquer actividade empresarial. Ele existe em sectores económicos tradicionais como a agricultura, a pesca de consumo e serviços financeiros, habitação e de produção (trabalhadores das cooperativas). No entanto, a actividade cooperativa abrange um grande número de sectores e actividades, incluindo a partilha do automóvel de cuidados infantis, cuidados de saúde e social, funeral, orquestras e filarmónicas, escolas, desporto, turismo, serviços públicos (electricidade, água, gás, etc.), transporte e (táxis, autocarros, etc.).

² Rochdale foi a cidade inglesa que testemunhou a criação da primeira sociedade cooperativa para fazer face à opressão social dos anos 40 do século XIX. Num contexto de desemprego e de fome, os operários e artesãos de Rochdale, em número de 28, fundaram em 1843 uma sociedade baseada na ajuda mútua, visando a melhoria das suas condições de vida e bem-estar comum. Os princípios de Rochdale são: adesão livre; controlo democrático, um sócio, um voto; retorno dos excedentes em proporção às operações; taxa limitada de juros do capital social; neutralidade política, religiosa, etc; educação cooperativista; integração cooperativa (Keil e Monteiro, 1982: 3).

O que difere as cooperativas de outras organizações?

As cooperativas distinguem-se de outras organizações em termos de definição, objectivos, tipos de serviços, benefícios e propósitos, finalidades dos excedentes, tipo de capital, tipo de quórum e maneira de administração, como ilustrado no quadro 2.1.1:

Tabela 2.1.1: Diferença entre Cooperativa, Associação e Sociedade Comercial

Elementos-chave	Tipos de Organizações		
	Cooperativa	Associação	Sociedade Comercial
Definição	É uma união de pessoas que se organizam para exercer uma actividade económica	É uma união de pessoas que se organizam para fins não económicos.	É geralmente uma sociedade de capitais.
Objectivos	Prestação de serviços socio económicos aos membros. O lucro é consequência da realização de uma actividade económica.	Tem fins altruístas e não lucrativos.	Tem como finalidade a procura do lucro.
Tipos de Serviços	Oferecer serviços em operações com margens justas e transparentes	Realizar actividades sociais, culturais, desportivas e de assistência sem fins lucrativos.	Obter margens de lucros, os mais proveitosos possíveis.
Benefícios e seus Propósitos	Com os ganhos beneficiam-se os membros e a prestação de serviços.	Não há ganhos financeiros.	Com os ganhos (lucros) beneficia-se o sócio, o titular do capital.
Finalidade dos Excedentes	O excedente disponível devolve-se aos membros nas proporções de suas actividades e serviços.	Pode gerar excedentes que não são lucros.	O lucro alcançado distribui-se entre os sócios, proporcionalmente ao capital subscrito e realizado.
Tipo de Capital	O capital social subscrito e realizado não determina a gestão ou tomada de decisões.	Não é o capital social que determina a tomada de decisões.	O capital social subscrito e realizado é determinante para a gestão e tomada de decisões.
Tipo de quórum	Assembleias: o quórum é baseado no número de membros.	Assembleias: o quórum é baseado no número de membros	Assembleias: o quórum é baseado no capital.
Maneira de Administração	É administrada por uma direcção com pelo menos 2/3 dos membros.	É administrada por um número reduzido de pessoas	É administrada por um número reduzido de pessoas.

Fonte: Romão (2011: 15)

2.2 Cooperativa Agrícola

A cooperativa agrícola é aquela cujos membros se dedicam exclusivamente à prática da agricultura e tem como finalidade contribuir para a valorização da produção dos seus membros com vista a melhorar a sua qualidade de vida.

As duas Cooperativas do estudo em apreço têm como actividade principal a produção agrícola. A Cooperativa 25 de Setembro para além da actividade agrícola dedica-se à criação de suínos. A Cooperativa Agro-pecuária de Campoane, tal como a 25 de Setembro, tem a produção agrícola e a

criação de galinhas e bovino como actividades principais. Estas duas Cooperativas prestam primeiro serviços aos seus membros ao disponibilizar terra para eles cultivarem assim como os meios e insumos de produção. As Cooperativas também contribuem para que os seus membros tenham assistência técnica e formação através do Governo Distrital ou das instituições de ensino que têm colaborado com as mesmas. Às comunidades, as Cooperativas disponibilizam produtos agrícolas no mercado local bem como carnes e derivados. Estas duas cooperativas também prestam serviços a outras associações em época de colheita participando com mão-de-obra.

2.3 Capital Social

O conceito de capital social tem sido discutido na última década por muitos estudiosos da área de ciências sociais, como forma de continuar algumas teses iniciadas e discutidas por autores como Putnam e Bordieu, principais precursores desta abordagem. Não há ainda uma definição única de capital social e a maioria dos autores recorre a definições relacionadas com suas funções, ressaltando ora aspectos da estrutura social, ora o do uso desse recurso por indivíduos.

Nos anos 90, o Banco Mundial passou a distinguir quatro formas de capital (D'Araújo, 2003:9):

- Capital natural: que corresponde aos recursos naturais de um país;
- Capital financeiro: que é o resultado do que é produzido pela sociedade em termos de infraestruturas, bens de capital e assim por diante;
- Capital humano: reflecte saúde, educação e nutrição da sociedade;
- Capital Social: relaciona-se com a capacidade da sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vista à produção de bens colectivos.

Os sociólogos Pierre Bordieu e James Coleman, na década de 80, elevaram o *status* de capital social a um tópico específico de estudo tentando entender como indivíduos inseridos numa rede (*network*) de relações sociais podem beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros agentes (Lazzarini et al; 2000:10).

Putnam (1996), citado por D'Araújo, define capital social através de três factores interrelacionados, confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Assim sendo, os principais atributos do capital social são: confiança mútua, reciprocidade, senso de futuro compartilhado e trabalho conjunto (D'Araújo, 2003:19).

Bourdieu (1998:67) define capital social como sendo o conjunto de recursos actuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento.

Conceito de Capital Social no âmbito do presente Estudo

Para o presente estudo a seguinte definição é a que mais se adequa ao problema exposto:

O capital social representa recursos que surgem de relacionamentos que podem chegar a um indivíduo ou ao colectivo. Estes activos (recursos) podem ajudar os indivíduos a alcançar seus próprios objectivos ou ajudar indivíduos do colectivo a trabalharem para o alcance de um mesmo objectivo. A análise do conceito pode então ser feita em três medidas: tipo de construção, nível de análise (individual ou colectivo) e separação das fontes dos efeitos. O conceito de capital social é amplamente estudado tendo em conta dois factores: estrutura de relacionamentos, por exemplo, o tamanho da rede, a configuração e densidade. O segundo factor é a base do relacionamento, por exemplo, normas, instituições e valores (Barktus e Davis, 2009:2).

2.4 Sinergias Público-Privadas

Sinergia ou sinergismo é definido como o efeito activo e retroactivo do trabalho ou esforço coordenado de vários subsistemas na realização de uma tarefa complexa ou função (wikipedia, 2012).

Evans (1997: 179) explana o conceito de sinergia tendo como base a distinção analítica entre complementaridade e encrustação. Os dois conceitos não implicam diferentes tipos de sinergia, mas, são diferentes conexões entre a ideia de sinergia e teorias já concebidas de relacionamento entre instituições públicas e privadas.

A complementaridade é o meio convencional de conceptualizar relações mútuas de apoio entre actores públicos e privados. Este tipo de relacionamentos sugere uma clara divisão do trabalho baseada em propriedades que se opõem entre instituições públicas e privadas. Governos devem providenciar certo tipo de bens colectivos que se complementam com insumos mais eficientes providenciados pelo sector privado. Deste modo, está-se perante sinergia público-privada. Os resultados desta sinergia são mais visíveis e impactam no desenvolvimento das comunidades do que se o sector público ou privado o fizessem por si só.

2.5 Rede Social

A expressão “rede social” é utilizada pelas ciências sociais como instrumento de análise que permite a reconstrução dos processos interactivos dos indivíduos e suas afiliações a grupos, a partir das conexões interpessoais construídas quotidianamente (Fontes, 2004: 5).

A partilha de informação a nível das cooperativas e ou comunidades só pode ser realística se as mesmas tiverem acesso à informação. O seu acesso depende da estrutura estabelecida numa rede de relações entre indivíduos. As **redes** são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representadas por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação (Marteleto e Silva, 2004: 1).

Granovetter,³ abordado por Brown (1998) refere o acesso às informações como um efeito das ligações mais fracas da rede. Por outro lado, Burt concentra a sua atenção no facto de a confiança ser um factor fundamental para a construção de uma rede. Mas olhando para a perspectiva de Granovetter, Burt considera que informações novas surgem de ligações não redundantes, onde os laços entre os indivíduos estabelecem uma ponte entre redes ou no buraco estrutural.

...As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação. De forma genérica, pode-se estudar o sistema visando apenas a entender como ele se comporta e como as conexões influenciam esse comportamento, com aplicações na área de saúde pública (estudos epidemiológicos), de tecnologia da informação (a mesma ideia para os vírus de computador), sociologia (os movimentos sociais), economia (mercados e economias de rede) e matemática aplicada (optimização de algoritmos) (Watts, citado por Marteleto e Silva, 2004: 41).

2.6 Desenvolvimento

Para Amartya Sen, o desenvolvimento vai muito além do crescimento económico ou no desenvolvimento com base no crescimento do produto *per capita* como aponta Lewis. O desenvolvimento deve estar relacionado ao “carácter do processo” e ao carácter da oportunidade. Processos como a participação nas decisões políticas e na escolha social não podem ser considerados como, na melhor das hipóteses, meios de desenvolvimento (através, por exemplo, do seu contributo para o crescimento económico), mas, têm de ser compreendidos como elementos constituintes dos próprios fins do desenvolvimento (Sen, 2003: 297).

³ Granovetter é um sociólogo económico que buscou explicar as redes sociais através do conceito de *embeddedness* (encrustação) sendo que os indivíduos estão encaixados ou imbuídos dentro de uma rede de relações interpessoais.

O desenvolvimento envolve mudanças estruturais e institucionais assim como o crescimento económico e da renda. As mudanças podem se observar a nível da estrutura da produção, na forma de distribuição dos rendimentos e nos efeitos sociais e organizacionais.

Alan Thomas discute o conceito de desenvolvimento tendo como base o entendimento de que os países ocidentais relacionaram o conceito de desenvolvimento económico à revolução industrial. O crescimento económico é assim um crescimento contínuo (do tamanho) de uma economia (isto é o PNB) o crescimento sustentado do resultado durante um período de tempo.

Korten citado por Thomas (2000: 33) afirma que o desenvolvimento começa não da produção, mas das pessoas e das necessidades humanas, com base na justiça, sustentabilidade e inclusividade.

A participação dos cidadãos na vida política, a satisfação das necessidades básicas e o acesso à educação são considerados factores fundamentais para o alcance do desenvolvimento.

Por outro lado, Seers define desenvolvimento como a realização do potencial da personalidade humana. E aponta vários aspectos que sustentam esta vertente tal como, comida suficiente, necessidades básicas satisfeitas, tal como vestuário, calçado e abrigo. Outro aspecto importante é o trabalho, o que não significa emprego, pode ser interpretado como estudo, trabalho em farmas familiares ou cuidados domésticos (Wilber: 1973:7).

O desenvolvimento significa também a redistribuição dos rendimentos. Nesta perspectiva, Berger (1992: 118) define desenvolvimento como um processo de crescimento económico progressivo pelo qual grandes massas de pessoas são removidas da pobreza para um padrão de vida material melhor. Não se deixa de lado os custos não materiais tais como significados culturais, direitos humanos ou liberdades políticas.

Por outro lado, quando desenvolvimento é definido como desenvolvimento humano, no entanto, põe-se as pessoas em primeiro lugar e propõe-se uma visão de desenvolvimento orientada para as pessoas. As Nações Unidas produzem Relatórios sobre Desenvolvimento Humano que classificam os países através do sucesso na realização das necessidades básicas (Ingham, 1995: 51).

2.7 Comunidade

Segundo Francisco (2007:77) Comunidade é o quotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns e, face a elas, organiza o seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria.

Por outro lado, a comunidade, como objecto da prática de desenvolvimento comunitário, é, segundo Souza (1999): Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço residencial e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns.

Para Barry Checkoway comunidade pode ser também concebida como uma unidade relativamente pequena de solução de problemas de uma sociedade. É através dela que as pessoas tomam a iniciativa e agem colectivamente para a solução de problemas comuns. Fica claro que a concepção deste termo pode variar de um lugar para o outro, mas ela geralmente baseia-se na crença de que os problemas que ocorrem nas comunidades têm suas soluções nas respectivas comunidades, e que as pessoas devem participar na solução dos problemas que lhes afectam a nível da comunidade. Neste contexto, comunidade é simultaneamente um instrumento de intervenção e um meio que permite a participação dos membros da sociedade no processo de desenvolvimento (Checkoway, citado por Traquino, 2009: 16).

O conceito de comunidade é complexo, pois os membros de uma comunidade têm suas diferenças e dinâmicas sociais que devem ser reconhecidas. Tais diferenças são baseadas no género, riqueza, idade, origem étnica e outros aspectos de identidade social que cruzam limites da “comunidade” (Leah, Mearns and Scoones citados por Traquino, 2009: 17).

2.8 Desenvolvimento Comunitário

Segundo Traquino (2009), partindo da definição do conceito de comunidade apresentada anteriormente, pode-se definir o desenvolvimento comunitário (DC) como um processo de transformação das estruturas sociais, económicas e políticas com vista a acelerar o crescimento económico, a erradicação da pobreza, e a satisfação de necessidades básicas da comunidade. O desenvolvimento comunitário apoia-se no esforço colectivo dos membros de uma determinada comunidade.

O desenvolvimento comunitário (DC) pode ser também concebido como:

1. ... um contínuo, que objectiva um desenvolvimento humano através de grupo, comunidade, e desenvolvimento internacional. Isto inclui a promoção dos direitos humanos.
2. ... um conceito de grupo ou cooperativo, que objectiva um desenvolvimento individual, social e económico na tradição de ajuda mútua, apoio social e acção social.
3. ... um conceito territorialmente ligado à localidade, que vê a comunidade local como uma unidade física, económica, social e política no seu próprio sentido. Aqui, a preocupação é

com a qualidade de vida e óptimo envolvimento e participação dos indivíduos e membros das organizações nos assuntos comunitários.

4. ... um conceito estrutural e funcional que faz parte de um grande quadro de política que dá maior enfoque aos vários parceiros de desenvolvimento: agências estatais, instituições, ONGs, o sector voluntário, o sector empresarial e o grupo alvo ou comunidade como presumíveis beneficiários.

5. ... um conceito categórico ... que faz parte de um grande quadro de política direccionada ao alívio ou prevenção de um problema social (e.g., pobreza) que desproporcionadamente afecta certos grupos ou comunidades que económica, social e politicamente são excluídos dos benefícios, recursos, ou oportunidades oferecidas pela sociedade.

6. ... um conceito de auto-gestão ... que toma a perspectiva de cima-para-baixo para o desenvolvimento das comunidades ou grupos.

7. ... um conceito de aprendizagem social ou educacional que traz todos os peritos profissionais com o seu 'conhecimento universal' e os residentes locais com o seu 'conhecimento popular' e 'experiência vivida'.

8. ... um conceito de intergrupo que dá maior enfoque à questão da compreensão mútua, resolução de conflitos, e integração social (Campfens, 1997b: 455-456).

2.9 Participação e Mobilização

Participação é o processo social de exercício democrático que existe a nível das comunidades, independentemente da interferência provocada pelos agentes externos. A participação não é apenas uma questão que diz respeito aos pobres ou ao marginal, ela diz respeito às condições básicas de existência do ser humano. A participação é sobretudo uma questão social, por isso, ela constitui-se numa questão a ser reflectida e enfrentada por todos os grupos sociais (Francisco, 2007: 102).

Andrew Pearse e Matthias Stiefel definem participação como esforços organizados para aumentar o controlo dos recursos e das instituições regulativas em determinadas situações sociais por parte de grupos e movimentos até agora excluídos de tal controlo (Pearse e Stiefel, citados por Traquino 2009: 23).

Assim, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), há que destacar quatro formas de participação: (1) participação a nível do agregado familiar, (2) participação económica, (3) participação social e cultural e (4) participação política (PNUD, citado por Traquino, 2009: 24).

Mobilização supõe a reunião de pessoas em torno de objectivos apresentados por outros elementos da sociedade, objectivos capazes de sensibilizar temporariamente a população sem, contudo, chegar a agir sobre elas para reflexão e acção sobre o seu quotidiano (Francisco, 2007: 109).

2.9 Tipos de Participação

Como forma de complementar a compreensão do conceito de participação, torna-se importante apresentar os vários tipos através dos quais a participação se manifesta segundo o quadro abaixo:

Tabela 2.9.1: Sete Tipos de Participação e Suas Características

Tipos de Participação	Características
Auto-mobilização	As pessoas participam quando tomam iniciativas para mudar sistemas, independentemente das instituições externas. Elas desenvolvem contactos com as instituições externas para obter recursos e conselho técnico que precisam masretêm o controlo sobre como os recursos são utilizados. A auto-mobilização pode expandir-se se os governos e as ONGs providenciarem um quadro forte de apoio. Tal auto-iniciada mobilização pode ou não desafiar a distribuição da riqueza e do poder existentes.
Participação por Consulta	As pessoas participam quando são consultadas ou respondem perguntas. Os agentes externos definem os problemas, o processo de recolha da informação assim como o controlo de análise. Tal processo consultivo não concede qualquer partilha na tomada de decisões e os profissionais não estão sob qualquer obrigação de tomar em consideração os pontos de vista das pessoas.
Participação Interactiva	As pessoas participam na análise conjunta, no desenvolvimento de planos de actividades ou no fortalecimento das instituições locais. A participação é vista como um direito e não só, como um meio de alcançar os objectivos do projecto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que procuram perspectivas múltiplas e fazem uso sistémico e processos estruturados de aprendizagem. Como os grupos tomam o controlo sobre as decisões locais e determinam como os recursos disponíveis são usados, eles têm um interesse de manter estruturas ou práticas.
Participação por Incentivos Materiais	As pessoas participam com recursos, por exemplo, mão-de-obra em troca de comida, dinheiro ou outros incentivos materiais. Farmeiros podem oferecer os seus campos e mão-de-obra, mas não estão envolvidos nem na experimentação ou no processo de aprendizagem. É muito comum ver isto ser chamado de participação, mas as pessoas não têm tido interesse em prolongar tecnologias ou práticas quando os incentivos terminam.
Participação Passiva	As pessoas participam quando são informadas sobre o que foi decidido ou já aconteceu. Isto envolve anúncios unilaterais pela administração ou pela direcção do projecto sem se escutar as reacções das pessoas. A informação que se partilha só pertence aos profissionais externos.
Participação Manipulativa	A participação é simplesmente uma pretensão, com representantes das “pessoas” nos conselhos oficiais mas não são eleitos e não têm nenhum poder.
Participação Funcional	A participação é vista pelas agências externas como um meio para alcançar os objectivos do projecto, especialmente a redução de custos. As pessoas participam formando grupos para satisfazer objectivos predeterminados relacionados com o projecto. Tal envolvimento pode ser interactivo e pode envolver partilha na tomada de decisões, mas tende a surgir só depois de maiores decisões terem sido já tomadas pelos agentes externos. No pior dos cenários, as pessoas locais podem só ser cooptadas para servir os objectivos externos.

Fonte: Jules Pretty citado por Traquino (2009: 25)

Capítulo 3: Metodologia de Investigação do Problema

3.1 Operacionalização das Hipóteses do Estudo

3.1.1 As Hipóteses Principais do Estudo

As hipóteses do estudo foram apresentadas na subsecção 1.3.2:

1. Se as cooperativas agrícolas tomarem parte de sinergias público-privadas para maximizar o desenvolvimento comunitário.
2. Se as cooperativas participarem nos grupos e nas redes sociais, disseminarem e partilharem informação, promoverem maior solidariedade e confiança entre os actores que participam dos processos de desenvolvimento comunitário.
3. Se as cooperativas promoverem a mobilização e participação comunitária contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

3.1.2 Identificação das Variáveis Independentes e Dependentes das Hipóteses

Variáveis Independentes da Primeira Hipótese:

- Sinergias público-privadas

Variáveis Independentes da Segunda Hipótese

- Participação em Grupos e Redes Sociais
- Disseminação e Partilha de Informação
- Promoção de solidariedade e confiança entre actores de desenvolvimento comunitário

Sub-variáveis da Terceira Variável da Segunda Hipótese

- Promoção de Solidariedade entre actores de desenvolvimento comunitário
- Promoção de Confiança entre actores de desenvolvimento comunitário

Variáveis Independentes da Terceira Hipótese

- Mobilização Comunitária
- Participação Comunitária

Variável Dependente das Três Hipóteses Hipótese é Desenvolvimento Comunitário

- Desenvolvimento Comunitário que, segundo Traquino (2009), é definido operacionalmente como (i) prestação de serviços, (ii) capacitação institucional, (iii) promoção de pequenas e médias empresas (PMEs) e, (iv) participação comunitária.

3.1.3 Identificação de Indicadores de Cada uma das Variáveis Independentes e Dependentes

Indicadores da Variável Independente da Primeira Hipótese

1. Indicadores de Sinergias Público-Privadas

- Grau de participação das cooperativas nos encontros de planificação do Governo Distrital
- Nível de conhecimento dos programas do Governo Distrital
- Tipo de benefícios como consequência dos programas do Governo Distrital
- Grau de participação dos programas do sector privado
- Iniciativas provenientes do sector privado
- Nível de contribuição do sector privado nas acções levadas a cabo pelas Cooperativas
- Parcerias existentes entre as Cooperativas, sector privado e Governo
- Ganhos económicos como resultado do envolvimento do sector público e privado em simultâneo
- Projectos de incentivo a cultura local
- Apoio Técnico por parte do Governo Distrital

Indicadores da Variável Dependente da Primeira Hipótese

1. Indicadores de Desenvolvimento Comunitário

Segundo Traquino (2009), Claudio Schuftan (1996: 260) afirma que as variáveis (i) prestação de serviços, (ii) capacitação institucional, (iii) promoção de pequenas e médias empresas (PMEs) e (iv) participação comunitária fornecem uma base crucial para a avaliação e medição do grau de desenvolvimento de uma determinada comunidade. Elas fornecem um quadro importante para avaliação do grau de potenciamento (empowerment) das comunidades locais. Por estas razões, o autor deste estudo considerou estes definidores do desenvolvimento comunitário como variáveis. No presente estudo, as primeiras três variáveis são fundamentais, tendo havido necessidade de adaptar os indicadores propostos pelo referido autor ao contexto do problema em estudo. A última variável de participação comunitária já

toma parte do estudo como uma das variáveis a ser testada. As variáveis do desenvolvimento comunitário apresentam os seguintes indicadores:

1. Indicadores de Prestação de Serviços⁴

- Grau de uso dos recursos humanos locais disponíveis.
- Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas na tomada de decisões sobre os serviços a serem oferecidos.
- Grau de formação do pessoal local para a prestação dos diversos serviços.
- Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas no processo e nos mecanismos de prestação de serviços necessitados pelos membros da comunidade local.
- Quantidade de fluxo contínuo e troca de informação entre os provedores e utilizadores de serviços das Cooperativas.
- Quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os provedores de serviços e representantes das comunidades na planificação, prestação, gestão e avaliação dos serviços prestados.
- Nível de qualidade de serviços prestados pelas Cooperativas.
- Grau de capacidade das Cooperativas em responder à demanda dos seus clientes

2. Indicadores de Capacitação Institucional

- Grau de elevação da consciência dos membros das Cooperativas para reivindicar a realização dos seus direitos legítimos.
- Grau de construção de uma mentalidade nova para a mobilização social.
- Grau de ênfase na formação e alfabetização dos membros das Cooperativas.
- Grau de elevação da capacidade de negociação das mulheres.
- Grau de ênfase de formação dos líderes das Cooperativas.
- Grau de sustentabilidade da liderança das Cooperativas em atrair novos apoios e acesso aos serviços de sustentabilidade técnica e financeira.
- Grau de aumento do rendimento dos membros das Cooperativas.

⁴ Estes indicadores foram identificados por Romão (2011)

3. Indicadores de Promoção de Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

- Quantidade de PMEs existente na comunidade local.
- Quantidade de acções em curso para a criação de novos empregos e auto-emprego.
- Grau de inclusão dos princípios de sustentabilidade na promoção PMEs.
- Quantidade de pequenos empresários que surgiram como resultado da promoção PMEs.
- Grau de diversificação das actividades económicas ao nível comunitário.

Indicadores das Variáveis Independentes da Segunda Hipótese

1. Indicadores de Participação em Grupos e Redes Sociais

- Grupos e redes sociais a que pertencem os membros das Cooperativas
- Grau de participação dos membros em outros grupos e redes sociais
- Nível de importância dos grupos e/ou redes sociais
- Frequência em que a participação se deu nos grupos e redes sociais
- Benefícios em grupos ou redes sociais
- Acesso a serviços através dos grupos ou redes sociais
- Nível de diferenças entre os membros no que concerne a riqueza, renda, posição social, origem étnica e raça
- Grau de conflitos devido a esses factores
- Nível de violência causado pelos conflitos
- Grau de sociabilidade entre os membros das Cooperativas e entre estes e as comunidades.

1. Indicadores de Disseminação e Partilha de Informação

- Acesso a informações importantes sobre as acções do Governo
- Acesso a informações sobre a actividade agrícola
- Grau de comunicação entre os membros das cooperativas
- Fontes de informação existentes
- Efeito das informações na vida dos membros das Cooperativas.

2. Indicadores de Promoção de Solidariedade e Confiança

- Nível de participação em actividades comunitárias
- Nível de contribuição em benefício da comunidade através de recursos materiais e/ou financeiros

- Nível de contribuição em benefício da comunidade através de tempo
- Cooperação entre os membros das Cooperativas na resolução de problemas da comunidade
- Nível de confiança entre as pessoas que são membros das Cooperativas
- Nível de confiança em relação aos líderes das Cooperativas
- Nível de confiança em relação ao governo local
- Nível de confiança em relação aos líderes da comunidade
- Nível de confiança em relação a outros grupos

Indicadores das Variáveis Independentes da Terceira Hipótese

Traquino (2009) sugere indicadores de participação comunitária operacionalizados através de sete sub-variáveis: (i) comunicação, (ii) cooperação, (iii) mobilização, (iv) conhecimento sobre direitos e deveres, (v) prestação de contas, (vi) liderança, (vii) institucionalização da participação. De modo a enquadrar os indicadores de participação comunitária no presente estudo, fez-se uma adequação dos mesmos na perspectiva de promoção da participação comunitária na perspectiva de responsabilidade das cooperativas:

1. Indicadores da Variável de Participação Comunitária

- Nível de influência das Cooperativas nas políticas de governação local
- Grau de participação dos membros na vida política e exercício de cidadania
- Nível de participação das Cooperativas na governação local
- Frequência no encaminhamento de documentação ou petições ao governo local
- Nível de participação das mulheres
- Número de contactos feitos ao governo distrital
- Organização de encontros ou manifestação de protestos
- Cartas escritas aos órgãos de informação como posicionamento sobre assuntos ligados ao desenvolvimento da comunidade

2. Indicadores da Variável de Mobilização Comunitária

- Capacidade dos líderes das cooperativas de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas dos seus membros

- Capacidade dos líderes das cooperativas de consciencializar os membros das comunidades para um envolvimento mais activo no desenvolvimento comunitário
- Grau de promoção de iniciativas próprias e actividades de auto-mobilização pelos membros da comunidade
- Grau de envolvimento das mulheres na tomada de decisões
- Grau de envolvimento dos membros das cooperativas em actividades cívicas da comunidade local
- Grau de tomada de decisões dos membros das cooperativas que tragam mudanças na sua vida
- Grau de tomada de decisões dos membros das cooperativas na governação distrital
- Grau de satisfação dos membros em relação às decisões tomadas
- Capacidade organizacional dos membros da comunidade

3.2 Métodos Específicos Utilizados na Recolha de Dados

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Segundo Koche (2000: 122), pesquisa bibliográfica é o que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congéneres.

A pesquisa bibliográfica baseou-se na identificação de obras literárias relacionadas ao tema e de artigos científicos de referência. Depois de uma análise foi possível proceder à priorização de informação que pudesse apoiar numa análise mais objectiva do tema e a sua relevância no desenvolvimento das comunidades rurais.

O objectivo principal deste método é o de conhecer e analisar profundamente as principais contribuições teóricas existentes sobre o problema de estudo de forma selectiva.

A técnica de investigação na internet foi fundamental, visto que foi possível obter um conjunto de informações relevantes para analisar e compreender o tema.

3.2.2 Pesquisa Documental

Foi fundamental a identificação de documentos relevantes para sustentar a pesquisa bibliográfica. Mas torna-se relevante diferenciar a pesquisa bibliográfica da documental, como afirma Oliveira.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007: 70).

Os documentos consultados consistem em relatórios do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, relatórios da Direcção Distrital de Actividades Económicas de Boane, relatórios produzidos por entidades não-governamentais, relatórios de trabalho de grupos de referência e a legislação à volta do problema de estudo. A informação contida nos documentos ajudou à compreensão da realidade empírica em estudo.

3.2.3 Entrevistas Semi-Estruturadas

As entrevistas foram aplicadas aos líderes e membros das duas Cooperativas, aos membros das comunidades, ao Presidente da União Provincial de Camponeses da Província de Maputo e ao Técnico dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Boane. Consistiram em questões abertas que permitiram que o assunto fosse discutido com mais liberdade, o que implicou a colecta de dados e seu cruzamento. Este procedimento contribuiu para que houvesse um leque bastante alargado de opiniões o que ajudou para a compreensão do estágio actual dos processos de organização social das cooperativas e das comunidades de Boane.

3.2.4 Questionário

Foram escolhidas duas Cooperativas como objecto de estudo, o que permitiu a submissão de questionários aos membros destas, tidos no âmbito do estudo como informantes-chave. Foi importante obter informações mais estruturadas para aferir a hipótese de estudo.

O questionário tem por função principal dar à pesquisa uma extensão maior e verificar estatisticamente até que ponto são generalizáveis as informações e hipóteses previamente constituídas. (Combessie, 2004:55)

A amostra foi constituída por 54 elementos escolhidos nas cooperativas de forma aleatória e que representam significativamente todo o universo de pesquisa, uma vez que o levantamento da informação era de âmbito qualitativo.

Os inquéritos foram produzidos tendo como base o “Questionário Integrado para Medir Capital Social” do Banco Mundial e outras várias fontes investigadas que se fundamentam em pesquisas desta natureza. A adaptação à realidade das duas Cooperativas foi fundamental para que os resultados reflectissem a amostra em estudo. As variáveis do estudo foram devidamente testadas dentro dos parâmetros previamente identificados.

3.2.5 Análise de Estudo de Caso

O objecto do estudo da pesquisa são as cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane. Analisaram-se estas cooperativas agrícolas por terem as mesmas características e história de surgimento. Estas cooperativas encontram-se localizadas no distrito de Boane e se consideram apropriadas para a compreensão das variáveis do estudo. O estudo de caso é um método que apoia na compreensão de uma realidade empírica e apoia na verificação no local dos fenómenos a serem pesquisados.

“...O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objectos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo...(Gil, 1999: 73). O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, tais como ciclo de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturidade de alguns sectores.” (Yin, 2002: 21)

A análise do problema em estudo foi motivada pela discussão encontrada em documentos oficiais do Governo, em estudos independentes sobre o capital social e a problemática das associações e cooperativas nas zonas rurais bem como a relevância do capital social na Agenda 2025 e na Estratégia de Desenvolvimento Rural de Moçambique.

A delimitação temporal e espacial deste estudo está em consonância com as orientações metodológicas apresentadas por Robert Yin (2002), António Carlos Gil (1999), Jean Claude Combessia (2004), José Carlos Koche (2000), Strassu e Corbin (1990), Cresswel (2003) e Oliveira (2007).

3.2.6 Fonte de Dados

Os dados apresentados no trabalho provêm de fontes escritas primárias e secundárias (publicadas e não publicadas). As fontes orais permitiram obter informação genuína e da vivência dos membros das cooperativas em estudo no distrito de Boane.

Capítulo 4: Cooperativas Agrícolas e Sua Participação nas Sinergias Público-Privadas

O capítulo aborda com profundidade a participação das duas Cooperativas nas sinergias público-privadas no distrito de Boane. A informação que se apresenta neste capítulo é resultado de entrevistas a pessoas-chave nas Cooperativas e também da informação analisada dos inquéritos efectuados aos membros das duas Cooperativas em estudo: Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane.

Com base nas variáveis independentes e dependentes das hipóteses apresentadas e operacionalizadas no Capítulo 3, os resultados estatísticos apresentados nos quadros que se seguem representam a opinião dos 54 membros das duas Cooperativas em estudo, dos quais 27 membros pertencentes a cada uma delas que se estreitam à contribuição destas organizações no desenvolvimento comunitário de Boane.

Para analisar empiricamente se as cooperativas agrícolas participam ou não de sinergias público-privadas, foram produzidos indicadores que são classificados através três níveis de avaliação: 'muito satisfatório', 'satisfatório' e 'não satisfatório' através de uma escala de 0 a 100%. Considera-se pontuação relevante àquela cujo indicador apresenta uma percentagem de 50% ou mais. Porém, nos aspectos que se acharem relevantes como contribuição para o problema em estudo, percentagens no intervalo entre 40% e 50% serão consideradas relevantes.

A metodologia utilizada foi a qualitativa cujo questionário apresenta a informação ora analisada e reflecte os resultados estatísticos da variável independente de participação em sinergias público-privadas e da variável dependente de desenvolvimento comunitário.

4.1 Contribuição das Cooperativas no Desenvolvimento Comunitário

4.1.1 As Cooperativas e a Prestação de Serviços

Os resultados obtidos da variável 'Prestação de Serviços' apontam para um equilíbrio entre os indicadores em estudo. Alguns dos indicadores apresentam percentagens elevadas no grau de avaliação muito satisfatório enquanto, para outros, o efeito é reverso.

Porém, o quadro que se segue demonstra a classificação dos oito indicadores da referida variável distribuída pelas duas cooperativas agrícolas em estudo.

Quadro 4.1.1 Indicadores de Prestação de Serviços

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Grau de uso dos recursos humanos locais disponíveis.	51	38	11	64	28	8
Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas na tomada de decisões sobre os serviços a serem oferecidos.	60	38	2	55	38	7
Grau de formação do pessoal local para a prestação dos diversos serviços.	20	28	52	12	20	68
Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas no processo e nos mecanismos de prestação de serviços necessitados pelos membros da comunidade local	38	32	30	35	50	15
Quantidade de fluxo contínuo e troca de informação entre os provedores e utilizadores de serviços das Cooperativas	42	20	38	50	24	26
Quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os provedores de serviços e representantes das comunidades na planificação, prestação, gestão e avaliação dos serviços prestados	24	22	54	45	30	25
Nível de qualidade de serviços prestados pelas Cooperativas	55	36	9	53	28	19
Grau de capacidade das Cooperativas em responder a demanda dos seus clientes	20	35	45	30	22	48

Análise do Grau de 'Muito Satisfatório' na Prestação de Serviços

Na variável prestação de serviços, três indicadores apresentam uma pontuação elevada dentro do intervalo estabelecido pelo estudo como a mais elevada, que são:

Cooperativa 25 de Setembro:

1. Grau de uso de recursos humanos locais – 51%
2. Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas na tomada de decisões sobre os serviços a serem oferecidos – 60%
3. Nível de qualidade de serviços prestados pelas Cooperativas – 55%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane:

1. Grau de uso de recursos humanos locais – 64%

2. Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas na tomada de decisões sobre os serviços a serem oferecidos – 55%
3. Nível de qualidade de serviços prestados pelas Cooperativas – 53%

Para as duas cooperativas em estudo, não há diferenças no que respeita aos indicadores com maior pontuação. As duas apresentam os mesmos indicadores com elevado nível de satisfação e com percentagens aproximadas, sendo que a maior provém da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane por ser esta que fornece maior variedade de serviços em relação à Cooperativa 25 de Setembro.

As duas Cooperativas têm semelhanças na forma como se organizam e como prestam os serviços aos seus clientes. Elas são unânimes em olhar para a cooperativa como provedora de serviços de venda de produtos agrícolas primeiramente. Mas, para complementar a actividade agrícola, a Cooperativa 25 de Setembro está a desenvolver actividades de criação de suínos e, a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane a criação de frangos e bovinos. Os membros decidem o que fazer com a receita das vendas. Se existe uma situação por resolver e que necessite de recursos financeiros, como, por exemplo, a compra de combustível para a motobomba, os membros alocam os fundos para esse efeito. Um dos constrangimentos que os membros das cooperativas apontam é o facto de no processo de interacção com os seus clientes não terem poder para negociar o preço dos produtos agrícolas e, nesses casos, optam por aceitar a indicação do preço que lhes é oferecida.

Caixa 4.1.1: Depoimento de um membro da Cooperativa 25 de Setembro

Depoimento de um membro anónimo⁵

Antes de me tornar membro da cooperativa, estava a sofrer. O meu marido morreu e tive de arranjar uma forma de sobreviver. Foi aí que a minha sogra me chamou para fazer parte da cooperativa. Desde então, tenho aprendido várias técnicas de produção e tenho algum rendimento para sustentar os meus filhos.

Os membros das Cooperativas têm beneficiado de formações providenciadas pelos vários parceiros, onde novas técnicas de produção têm sido adoptadas. A Direcção Distrital de Actividades Económicas tem dado um contributo considerável ao providenciar sementes melhoradas para a produção agrícola. Porém, a área de formação e capacitação é dinâmica. Não basta que este conhecimento seja limitado a quem providencia. Na opinião dos membros das duas Cooperativas, o programa de alfabetização de adultos deveria continuar (já que o programa de alfabetização de adultos foi implementado anteriormente e por motivos financeiros as Cooperativas já não têm capacidade de sustentá-lo) e estender-se a outras áreas ligadas à produção agrícola que sejam inovadoras ao actual processo.

⁵ Entrevista concedida no dia 26 de Julho de 2010, no distrito de Boane.

As duas Cooperativas também têm prestado serviços de extensão agrícola ao Instituto Agrário de Boane onde se tem promovido uma colaboração mais próxima com esta instituição de ensino para a transferência de conhecimentos e experiências que se tornam importantes para o melhoramento da produção agrícola, assim como para prover os estudantes de realidades práticas no sector agrícola informal.

Os membros das Cooperativas sentem-se envolvidos no processo de tomada de decisões sobre o tipo e qualidade de serviços a serem oferecidos. Há uma grande colaboração entre os líderes das cooperativas e os das comunidades.

Caixa 4.1.2: Depoimento de um membro da Cooperativa 25 de Setembro

Depoimento de Júlia Tembe⁶

Alguns líderes comunitários também tomam parte dos órgãos de liderança das Cooperativas. Por isso, os serviços às comunidades são sempre uma prioridade. Anteriormente, a Cooperativa era chamada de machamba do povo', daí essa tendência não ter desaparecido do seio dos membros actuais.

Para além de prestar serviços à comunidade, principalmente quando se estabelece parcerias para fomento agropecuário, as Cooperativas colaboram entre si e com as associações de pequenos produtores agrícolas. As associações mais pequenas buscam das maiores, em termos de existência física, conhecimentos e técnicas agrícolas importantes para a sua sobrevivência. Este intercâmbio tem sido coordenado pela União de Camponeses de Boane.

Análise do Grau de 'Não Satisfatório' na Prestação de Serviços

Cooperativa 25 de Setembro:

1. Quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os provedores de serviços e representantes das comunidades na planificação, prestação, gestão e avaliação dos serviços prestados – 54%
2. Grau de formação do pessoal local para a prestação dos diversos serviços – 52%
3. Grau de capacidade das cooperativas em responder a demanda dos seus clientes – 45%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane:

1. Grau de formação do pessoal local para a prestação dos diversos serviços – 68%
2. Grau de capacidade das Cooperativas em responder aos seus clientes – 48%

⁶ Entrevista realizada no dia 26 de Julho de 2010, no distrito de Boane.

No que concerne à análise do grau “não satisfatório” da variável prestação de serviços constata-se que três indicadores tiveram uma alta qualificação para a Cooperativa 25 de Setembro, enquanto somente dois indicadores tiveram classificação máxima de “não satisfatório” para a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane.

Apesar de as Cooperativas estarem a prover serviços de grande importância aos seus membros, clientes e comunidade, ainda existe alguma deficiência em alocar recursos humanos qualificados e competentes e que tragam mais-valia para a produção agrícola porque, estas não têm capacidade financeira para reter tais quadros. Uma das fraquezas que as duas cooperativas apresentam é a capacidade de estabelecer parcerias sustentáveis.

Para a Cooperativa 25 de Setembro, as parcerias foram se tornando exíguas. Os seus membros salientam a importância de continuar a ter apoios de organizações não-governamentais como uma forma de impulsionarem a produção agrícola. Algum equipamento está obsoleto como resultado de parcerias anteriores, daí a necessidade de revitalizar alguns meios cruciais para o desenvolvimento da mesma.

Caixa 4.1.3 Depoimento de um membro da Cooperativa 25 de Setembro

Depoimento de Alfredo Chavanguane⁷

Esta cooperativa já teve muitos apoios. A Helvetas reabilitou o regadio depois das cheias de 1983/84. Através da Cooperação Italiana, foi possível incrementar a produção. Através do BPD foi possível comprar um tractor, nós tínhamos o apoio necessário e o nosso equipamento estava em dia. Produzimos 17.000ha em coordenação com outros parceiros.

Outro aspecto pertinente é o facto de as duas cooperativas não responderem à demanda existente por falta de capacidade financeira para o efeito. Um dos grandes constrangimentos é o meio de transporte para colocar os produtos no mercado em tempo útil. Os membros após a colheita devem individualmente escoar os produtos ao mercado, o que acarreta custos elevados, para além de correrem o risco de perder alguma produção devido às condições de deslocamento dos mesmos.

A Cooperativa 25 de Setembro tem uma área de 40 hectares que não está a ser explorada na sua íntegra por falta de meios e equipamentos adequados à produção agrícola. A opção que os membros têm arranjado é o aluguer de parte do espaço para privados.

⁷ Entrevista realizada a 26 de Julho de 2010, no distrito de Boane.

4.1.2 As Cooperativas Agrícolas e a Capacitação Institucional

Esta variável é concernente ao desenvolvimento institucional das cooperativas cujos indicadores, num total de oito, apresentam o cenário do actual estágio destas a nível de capacitação de recursos humanos bem como o desempenho profissional.

Quadro 4.1.2: Indicadores de Capacitação Institucional das Cooperativas Agrícolas

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Grau de elevação da consciência dos membros das Cooperativas para reivindicar a realização dos seus direitos legítimos	74	20	6	65	30	5
Grau de construção de uma mentalidade nova para a mobilização social.	34	28	38	27	35	38
Grau de ênfase na formação e alfabetização dos membros das Cooperativas	26	14	40	15	28	57
Grau de elevação da capacidade de negociação das mulheres	76	20	4	67	20	24
Grau de ênfase de formação dos líderes das Cooperativas	28	30	42	30	25	45
Grau de sustentabilidade da liderança das Cooperativas em atrair novos apoios e acesso aos serviços de sustentabilidade técnica e financeira	10	23	67	16	28	56
Grau de aumento do rendimento dos membros das Cooperativas	24	31	45	26	35	39

Análise do Grau de 'Muito Satisfatório' na Capacitação Institucional

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grau de elevação da capacidade de negociação das mulheres – 76%
2. Grau de elevação da consciência dos membros das cooperativas para reivindicar a realização dos seus direitos legítimos – 74%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de elevação da capacidade de negociação das mulheres – 67%
2. Grau de elevação da consciência dos membros das cooperativas para reivindicar a realização dos seus direitos legítimos – 65%

Tanto para a Cooperativa 25 de Setembro como para a Agro-pecuária de Campoane somente dois indicadores tiveram pontuação máxima em termos de avaliação dos indicadores da variável capacitação institucional. O primeiro indicador aponta para um elevado nível de consciência das mulheres sobre o seu papel como dinamizadoras do desenvolvimento institucional das cooperativas. As duas cooperativas em estudo têm como líderes mulheres. A Cooperativa 25 de Setembro tem como presidente uma mulher. Os demais membros inquiridos foram informalmente afirmando que 'já acreditam nas mulheres!'. Mas, estudos vários provam que, o facto de as mulheres assumirem postos de liderança não significa que estas tenham o poder de influenciar decisões.

O outro indicador que obteve uma alta percentagem é o de elevação de consciência dos membros das cooperativas para reivindicar a realização dos seus direitos legítimos. Os membros das cooperativas participam de todos os momentos do desenvolvimento institucional da organização. Os estatutos são seguidos, há transparência no processo de governação, pois é uma abordagem participativa.

Segundo Lino Nassone⁸, no geral, o movimento de camponeses enfrenta um grande problema de equilíbrio de género, apesar de esforços nesse sentido. Por exemplo, na Cooperativa 25 de Setembro, a Senhora Albertina foi eleita como presidente e isso já é um passo importante. O mais importante inicialmente foi assegurar a terra aos camponeses. Para isso, a UNAC, representação de Boane, está a fazer esforços no sentido de capacitar as organizações para poderem ser uma voz audível junto ao Governo local.

Análise do Grau de 'Não Satisfatório' na Capacitação Institucional

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grau de sustentabilidade da liderança das cooperativas em atrair novos apoios e acesso aos serviços de sustentabilidade técnica e financeira – 67%
2. Grau de ênfase de formação dos líderes das cooperativas – 42%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de ênfase na formação e alfabetização dos membros das cooperativas – 57%
2. Grau de sustentabilidade da liderança das cooperativas em atrair novos apoios e acesso aos serviços de sustentabilidade técnica e financeira – 56%

⁸ Entrevista concedida em Boane a 2 de Abril de 2011, no distrito de Boane.

Os dados obtidos para avaliar o indicador de capacitação institucional na componente de “não satisfatório” apontam para uma fraqueza no que respeita à sustentabilidade técnica e financeira das duas cooperativas.

A sustentabilidade financeira depende muito do ambiente microfinanceiro existente e as políticas que existem e que possam contribuir para o desenvolvimento do sector agrícola familiar. Por outro lado, a sustentabilidade técnica depende sobremaneira das instituições de investigação e pesquisa. Quanto maior colaboração entre as cooperativas e estas instituições, maior será a aquisição de conhecimentos técnicos para fazer face aos problemas que o sector agrícola enfrenta, tais como as mudanças climáticas, entre outros factores.

A sustentabilidade política não se expressa tão problemática, pois as duas cooperativas cumprem com os seus estatutos e observa-se alternância de poder através do voto dos membros.

Para que as cooperativas possam ter sustentabilidade técnica e financeira, os factores formação e capacitação são extremamente relevantes. Por isso, há aqui uma pequena diferença na pontuação dos membros das cooperativas. Enquanto os membros da Cooperativa 25 de Setembro apontaram o grau de “não satisfatório” para a formação e alfabetização dos membros da cooperativa, a Agro-pecuária de Campoane apontou esta fraqueza nos líderes da cooperativa.

Caixa 4.1.4 Depoimento de um membro da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

Depoimento de Eva Osias⁹

Nós membros da cooperativa sentimos que o apoio não é suficiente. Gostaríamos de ter mais apoio e financiamento para as nossas actividades. A nossa luta não acaba e nós mulheres queremos ajudar para o desenvolvimento da nossa organização, mas precisamos de apoio.

Por outro lado, os membros das duas cooperativas se queixam de falta de apoio por parte do Governo local no acesso ao crédito, vulgarmente conhecido como “sete milhões”. Segundo eles, o processo não é transparente, mesmo que se submetam projectos para o acesso ao crédito a resposta nunca chega.

Segundo Lino Nassone¹⁰, as cooperativas não têm representação na governação local para que os seus interesses possam ser defendidos. Não existem igualmente iniciativas privadas que possam beneficiar pequenos produtores agrícolas. A Cooperativa 25 de Setembro tem uma grande extensão de terra para explorar mas não existe capacidade financeira para explorar a área na sua íntegra. Os bancos comerciais imputam juros de retorno de crédito bastante altos que não estão à altura da realidade dos produtores agrícolas das zonas rurais.

⁹ Entrevista realizada a 3 de Fevereiro de 2011 no distrito de Boane

¹⁰ Entrevista realizada a 2 de Abril de 2011 no distrito de Boane.

Os programas de alfabetização e de capacitação aos membros das cooperativas devem ser constantes. Aliás, o contexto actual requer que os conhecimentos sejam permanentemente actualizados. A demanda em relação aos produtos agrícolas é maior, o que significa que há necessidade de aumentar os níveis de produção mas, para isso, a capacidade dos líderes e dos membros das cooperativas para angariar mais parceiros e financiamentos deve aumentar.

4.1.3 As Cooperativas Agrícolas e a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

Para a sub-variável 'Promoção de Pequenas e Médias Empresas', foram identificadas 5 indicadores com base no estudo efectuado por Traquino (2009).

As PMEs vêm sendo há muito tempo alvo de atenção de analistas económicos por conta do seu potencial de geração de renda e de emprego.

Quadro 4.1.3: Indicadores de Promoção de PMEs

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Quantidade de PMEs existente na comunidade local	0	15	85	1	10	89
Quantidade de acções em curso para a criação de novos empregos e auto-emprego	15	10	75	30	35	35
Grau de inclusão dos princípios de sustentabilidade na promoção de PMEs	0	0	100	0	0	100
Quantidade de pequenos empresários que surgiram como resultado da promoção de PMEs	0	5	95	0	25	75
Grau de diversificação das actividades económicas a nível comunitário	15	10	75	26	38	36

A análise dos resultados percentuais da Promoção de Pequenas e Médias Empresas remete-nos à observância dos resultados do grau de avaliação de "Não Satisfatório" para os seguintes indicadores:

Análise do Grau de 'Não Satisfatório' na Promoção de Pequenas e Médias Empresas

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grau de inclusão dos princípios de sustentabilidade na promoção de PMEs – 100%
2. Quantidade de pequenos empresários que surgiram como resultado da promoção PMEs – 95%
3. Quantidade de PMEs existente na comunidade local– 85%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de inclusão dos princípios de sustentabilidade na promoção de PME's – 100%
2. Quantidade de PME's existente na comunidade local – 89%
3. Quantidade de pequenos empresários que surgiram como resultado da promoção de PME's – 75%

Para os membros das Cooperativas, não é notória a criação de PME's no distrito de Boane. E, se existe uma política do Governo para a promoção destas, ainda não é do seu conhecimento.

O indicador de grau de inclusão dos princípios de sustentabilidade na promoção de PME's teve uma percentagem de 100%, o que significa que ainda não são visíveis acções de capacitação aos actores-chave como sejam as próprias cooperativas agrícolas para se tornarem empresas, onde a sua gestão económica e social se pode tornar sustentável a médio e longo prazos.

Outro indicador que teve uma alta pontuação foi de “não satisfatório” foi para a Cooperativa 25 de Setembro o indicador de quantidade de pequenos empresários que surgiram como resultado da promoção de PME's. Esta é uma realidade no que concerne ao processo de aparecimento de pequenos novos empresários nas zonas rurais. As acções do governo local ainda não se retratam na vida da população local. A motivação para a criação de um pequeno negócio é determinada pelo facto de haver uma ausência da presença das acções do Estado pois, grande parte da população opera no sector informal sem ter informações basilares sobre a constituição de uma PME e, acima de tudo, com poucos recursos financeiros para a sua sustentabilidade.

A falta de um enquadramento legal das políticas de governação local nesta matéria determina o grau de “não satisfatório” do indicador de quantidade de PME's na comunidade local que teve dos membros das duas cooperativas pontuações bastante elevadas de 85% e 89%.

4.2 Promoção de Participação das Cooperativas nas Sinergias Público-Privadas

Os membros das Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane, através do inquérito estabelecido para recolha de dados, deram o seu contributo, respondendo especificamente se as Cooperativas participam de sinergias público-privadas no distrito de Boane. Segundo a análise dos dados recolhidos no processo da sua recolha, é de observar que ainda não é visível uma integração das acções que estão a ser desenvolvidas a nível das Cooperativas e do governo local e em que medida o

sector privado participa do desenvolvimento das comunidades nesta região em estudo. As sinergias público-privadas do tipo complementaridade são inexistentes.

Os resultados que indicam esta análise se apresentam no quadro abaixo tendo como graus de avaliação os níveis de 'Muito Satisfatório', 'Satisfatório' e 'Não Satisfatório', representados na tabela por MS, SAT e NS, respectivamente:

Quadro 4.2.1: Indicadores de Participação das Cooperativas nas Sinergias Público-Privadas

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Grau de participação das cooperativas nos encontros de planificação do Governo Local	24	36	40	20	25	55
Grau de participação dos programas do Governo Local	55	40	5	50	37	13
Benefícios como consequência dos programas do Governo Local	40	48	12	38	25	63
Grau de participação dos programas do sector privado	25	40	35	32	15	47
Iniciativas provenientes do sector privado	0	0	100	0	0	100
Nível de contribuição do sector privado nas acções levadas a cabo pelas Cooperativas	5	20	75	15	20	65
Parcerias existentes entre as Cooperativas, sector privado e Governo	0	0	100	0	0	100
Ganhos económicos como resultado do envolvimento simultâneo dos sectores público e privado.	0	0	100	0	0	100
Projectos de incentivo à cultura local	0	0	100	0	0	100
Apoio Técnico por parte do Governo Local	67	54	3	42	35	23

No distrito de Boane e, em particular para as duas Cooperativas, obtiveram-se os seguintes resultados dos indicadores de sinergias público-privadas:

Análise do Grau de 'Muito Satisfatório' de Sinergias Público-Privadas

Cooperativa 25 de Setembro

1. Apoio Técnico por parte do Governo Local – 67%
2. Grau de Participação dos Programas do Governo Local – 55%
3. Benefícios como Consequência dos Programas do Governo Local – 40%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Apoio Técnico por parte do Governo Local – 42%
2. Grau de Participação dos Programas do Governo Local – 50%
3. Benefícios como Consequência dos Programas do Governo Local – 38%

As duas cooperativas apresentam resultados díspares quando se analisam os resultados dos indicadores da variável de sinergias público-privadas. A Cooperativa 25 de Setembro, como demonstram os resultados apresentados, está muito satisfeita com o apoio técnico providenciado pelo governo local através da Direcção Distrital de Actividades Económicas de Boane. O apoio técnico é dado através de um extensionista alocado à cooperativa, o mesmo acontecendo com o fornecimento de insumos agrícolas.

Por outro lado, a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane teve uma pontuação de 42% neste indicador porque os serviços que estão a ser providenciados pelo governo local, principalmente a alocação de um extensionista, não são satisfatórios. A Cooperativa há 5 anos que não tem um extensionista alocado para trabalhar com os seus membros. O progresso da produção agrícola não é acompanhado e a transferência de técnicas e tecnologias de produção retardam.

O segundo indicador mais pontuado na Cooperativa 25 de Setembro é o do grau de participação dos programas do governo local. Para o caso da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane o mesmo não acontece. A pontuação desta cooperativa para este indicador foi de 50%. Esta pontuação é consequência dos trabalhos que estão a ser providenciados pelo extensionista e não uma consequência positiva da inclusão integral das cooperativas nas acções do governo no que toca a políticas agrárias. Por isso, as cooperativas não apresentam uma alta pontuação quando questionadas se não tomam parte do processo de planificação do desenvolvimento do distrito através das reuniões de consulta promovidas pelo governo local.

Porém, a extensão agrária é ainda um dos mecanismos que o governo adopta para prover serviços de capacitação aos produtores agrícolas do sector informal para melhorarem a sua produção e produtividade.

O indicador de benefícios como consequência dos programas do governo local teve, para ambas cooperativas, pontuações abaixo dos 50%. Este resultado surge porque, para além do apoio do governo local que os membros das cooperativas estão a ter, ainda é exígua a coordenação e estruturação necessárias à cadeia de valor dos produtos agrícolas. Há uma assistência em termos técnicos na produção agrícola, mas acaba-se por perder algum valor da produção quando, por razões óbvias, as cooperativas não podem colocar atempadamente os seus produtos no mercado e onde a regulação do preço é feita pelos agentes económicos arbitrariamente. Por outro lado, a colocação do produto no mercado não é suficiente, é necessário que o mesmo seja processado, agregando-se assim mais valor. É neste âmbito que, as sinergias têm o seu efeito, pois cada actor toma parte no processo de desenvolvimento comunitário.

Análise do Grau de Satisfatório' de Sinergias Público-Privadas

Cooperativa 25 de Setembro

1. Apoio Técnico por parte do Governo Local – 54%

O facto de os membros da Cooperativa terem afirmado que estão satisfeitos com o apoio do Governo Local se deve ao apoio em insumos e tecnologias de produção concedido por um técnico extensionista como foi anteriormente referido na análise deste indicador no grau de 'Muito Satisfatório'.

Análise do Grau de Não Satisfatório' de Sinergias Público-Privadas

Cooperativa 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane

1. Iniciativas provenientes do sector privado – 100%
2. Parcerias existentes entre cooperativas, sector privado e governo – 100%
3. Ganhos económicos como resultado do envolvimento do sector público e privado – 100%

As duas cooperativas apontaram percentagens de 100% de “não satisfatório” para três dos dez indicadores da variável sinergias público-privadas. Também apontam 100% de “não satisfação” para o indicador projectos de incentivo à cultura local. Mas os três primeiros são considerados para o estudo

tendo maior relevância visto que só é possível existirem projectos viáveis de incentivo à cultura se existirem recursos humanos e financeiros que possam ser investidos.

A Estratégia de Desenvolvimento Rural em vigor no país aponta para a promoção de parcerias público-privadas como parte integrante da boa governação e planeamento para o mercado. Na perspectiva de alargamento da vocação da Estratégia de Desenvolvimento Rural, como instrumento de operacionalização dos instrumentos de longo e médio planos, é possível expandir as parcerias público-privadas no âmbito do desenvolvimento rural, quer com parceiros internacionais como com os nacionais.

O facto de o sector privado não ser interventivo nos processos de desenvolvimento do distrito de Boane com o envolvimento de as cooperativas, se deve, em grande medida, ao facto de o incentivo ao estabelecimento de parcerias não ter sido ainda fomentado pelo governo local. As acções em curso são dispersas, o que resulta na inexistência de sinergias que envolvam o sector público e privado.

Os membros das cooperativas sentem que o governo distrital não tem monitorado o papel do sector privado no desenvolvimento comunitário e, como resultado disso, os agentes económicos não participam eficazmente nas esferas que lhe são de competência. O governo distrital não tem tomado a iniciativa de promover PMEs para que estas possam promover emprego e criar mais oportunidade para o sector agrícola na região. Não existe clareza sobre que estratégia o governo distrital desenhou para a criação de novas PMEs e como estas respondem ao processo de desenvolvimento.

Outro aspecto apontado pelos membros das duas Cooperativas recai para as políticas de suporte às PMEs. Não existe, por parte do Governo Distrital, um esforço de criar e providenciar incentivos e oportunidades económicas e acesso a informações necessárias para os produtores agrícolas. É importante que os sistemas de suporte sejam criados de modo a garantir que as cooperativas possam beneficiar das oportunidades existentes com vista ao aumento da produção e produtividade agrícola.

4.3 Cooperativas como forma de Capital Social

Luzatti e Navarra (2004: 24) afirmam no seu estudo que nem sempre todos os tipos de cooperativa são capazes de dar uma contribuição significativa à promoção do desenvolvimento económico: as cooperativas por interesses comuns, que visam melhorar a situação económica de categorias específicas, são particularmente inadequadas para este fim. Não se pode obter desenvolvimento sem acumulação. Esta tipologia de cooperativas tende a distribuir os lucros aos sócios amplamente, destinando, portanto,

uma mínima parte dos mesmos ao financiamento dos investimentos. Pelo contrário, uma cooperativa comunitária tem uma característica essencial: tende a distribuir os proveitos na menor medida possível.

As cooperativas comunitárias criam patrimónios mais importantes, que são frequentemente indisponíveis: isto é, não pertencem aos sócios singularmente, mas à cooperativa no seu conjunto, idealmente abraçando também as gerações futuras. É preciso insistir na afirmação de que uma quota dos lucros em geral deve ser distribuída, para evitar a perda de incentivos ao esforço produtivo.

Vários estudos indicam que as comunidades e cooperativas que possuem um maior acúmulo de capital social, obtêm maior capacidade de enfrentar problemas individuais e colectivos, ou seja, aumentam consideravelmente as possibilidades de melhorar a vida dos indivíduos que a elas pertencem.

De certo modo, os tipos de capital social resumem-se a três vertentes que se caracterizam pelas relações sociais que se estabelecem tanto de indivíduo para indivíduo dentro de uma rede, a nível de instituições ou entre várias redes sociais.

Pode-se então concluir que os tipos de capital social que foram apontados podem ter as mais diversas motivações, desde que estejam classificadas aos três níveis acima mencionados. O presente estudo analisa que tipo de capital social é mais preponderante no seu objecto de estudo visto que as relações sociais são o alicerce para a produção de capital social dentro de um determinado grupo, sociedade, etc.

O Estado tem um papel fundamental para o incentivo à criação de capital social. O ambiente político e social são fundamentais para que haja eficiência na produtividade. Para que isso aconteça, é necessário que se verifiquem níveis de confiança entre os indivíduos e o governo. Quando os indivíduos vêm reconhecidos seus direitos políticos e cívicos, há perfeitamente um funcionamento eficaz das instituições que provêm serviços públicos.

As cooperativas, como parte da sociedade civil, devem reproduzir activos nas comunidades que se alicerçam e se manifestam nos tipos de capital social acima referenciados.

Por outro lado, a criação e consolidação de cooperativas consiste em fomentar um sistema que ajude a dinamizar as capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir um processo de desenvolvimento. Um dos aspectos fundamentais é o fortalecimento e utilização do capital social existente nas cooperativas agrícolas, como sejam organização e iniciativas de produção no território, garantindo meios de convivência com problemas, como a seca e a falta de recursos tecnológicos, bem como potencializar as capacidades de acção colectiva produtiva e de autogestão económica e social. O foco das cooperativas, principalmente no que diz respeito ao envolvimento de pequenos e médios produtores rurais, é o fortalecimento da organização social das comunidades e a melhoria da qualidade

de vida, aumento da renda e ganho de sinergia produtiva, isto é, expansão da produção agrícola. O capital social torna-se assim um factor fundamental no processo de desenvolvimento económico e social sustentável.

Para aferir se as duas cooperativas representam uma forma de capital social foram realizadas entrevistas semi-estruturadas aos membros destas tendo como base os seguintes aspectos: (i) organização e iniciativas de produção; (ii) acção colectiva; (iii) autogestão económica e social e (iv) participação em redes sociais.

Os membros entrevistados afirmaram categoricamente que as Cooperativas se organizam tendo como base um espaço aberto e democrático. As decisões tomadas pelos membros influenciam o processo de produção. A gestão de problemas nas duas Cooperativas é responsabilidade de cada membro não progredindo de forma a atingir situações de conflito que prejudiquem a Cooperativa. A produção nas duas Cooperativas é feita de forma individual e colectiva.

Quanto ao segundo aspecto, os membros afirmam que as cooperativas têm participado na resolução de problemas das comunidades em parceria com o Governo Distrital ou ONG's. Também afirmam que disponibilizam tempo, recursos humanos e materiais na resolução de um problema que possa surgir e que ponha em causa o desenvolvimento da comunidade.

As duas Cooperativas têm capacidade de criar subsistência para os seus membros, apesar de os recursos serem escassos e os apoios não serem ainda suficientes. Os membros entrevistados afirmam que dependendo dos níveis de produção podem contribuir com mais ou menos recursos financeiros para a Cooperativa e para a sua subsistência.

Actuam como forma de capital social visto que geram recursos que beneficiam não só os indivíduos membros destas mas também as comunidades. As normas e valores pelos quais as Cooperativas se baseiam estão em prol das comunidades onde elas estão inseridas. O capital social que se pode deprender quando se analisa o fluxo de recursos existentes e os beneficiários dos mesmos é de que trata-se de capital social de base comunitária.

Por último, a participação das cooperativas em redes sociais será tratada no próximo capítulo, onde serão apresentados os resultados de forma mais detalhada.

4.4 Cooperativas e os Seus Benefícios para os Membros

As cooperativas se constituem com base em fins lucrativos e os membros partilham de forma igual os riscos demandados do ambiente em que estiverem inseridos.

O cooperativismo tem sido uma base para viabilizar novas formas de negócios, gerar rendas com base na justiça social e empregos nos sectores da economia. A cooperativa é um meio que permite que produtores agrícolas do sector familiar possam ter acesso a tecnologia, aos créditos e a assistência especializada para competir com os grandes conglomerados que integram o chamado “agrobusiness”.

As associações de agricultores e cooperativas em Moçambique têm como objectivo primordial a produção agrícola ou pecuária e contribuem para a produção nacional com 23% para o Produto Interno Bruto, de 37% em 1997 para 24% em 2000 e 20% em 2000 (Revista Capital: 18).

Segundo a Lei 23/2009, as cooperativas são pessoas colectivas autónomas de livre constituição, de capital e composição variáveis e de controlo democrático, em que os seus membros obrigam-se a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma actividade económica de proveito comum, através de acções mútuas e mediante partilha de risco, com vista à satisfação das suas necessidades e aspirações económicas e um retorno patrimonial predominantemente realizado na proporção das suas operações.

A maior parte das cooperativas agrícolas em Moçambique tem como base de sustentação a motivação dos membros em conseguir rendimentos da produção agrícola usando os meios de que dispõem. Assim é com as Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane, pois elas contribuem para que os seus membros tirem proveito do sistema de regadio existente (Cooperativa 25 de Setembro), por um lado, por outro, não menos importante, pode se depreender que as cooperativas servem para os seus membros como uma forma de uso dos meios de produção. Nessas circunstâncias podemos ter como exemplos a tracção animal para lavrar a terra ou então através do uso de tractor, que pode ser pertença da cooperativa ou do Estado, ou ainda privado, dependendo ainda dos casos, como um meio de obter insumos agrícolas a preços bonificados.

Segundo os membros das duas cooperativas em estudo, os benefícios que advêm ao se tornarem membros das mesmas, é o facto de incrementarem a sua renda para poderem satisfazer as suas necessidades básicas (acesso a comida, educação para os seus filhos e outras). Cerca de 96% dos membros da Cooperativa 25 de Setembro e 90% dos membros da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane responderam que a Cooperativa é um benefício para as suas vidas porque é um meio de obtenção de renda. Cerca de 4% dos membros da Cooperativa 25 de Setembro e 10% da Cooperativa

Agro-pecuária de Campoane afirmaram que a Cooperativa é um meio de aceder aos serviços que ela presta bem como as suas acções beneficiam a comunidade.

As duas Cooperativas têm o título de uso e aproveitamento da terra e cumprem com os seus estatutos. Ambas beneficiam os seus membros através da atribuição de uma parcela de terra para exploração individual e uma área comum onde a produção é colectiva. Os lucros que advêm das parcelas individuais beneficiam directamente o membro da cooperativa. Os membros das duas cooperativas obtêm, a partir da actividade agrícola, recursos financeiros para o seu sustento.

Os lucros provenientes da parcela colectiva são destinados à satisfação das necessidades da cooperativa como, por exemplo, para a compra de insumos agrícolas, para a compra de combustível para o tractor ou mesmo a sua manutenção, pagamento de pessoal sazonal na época das colheitas e também o pagamento de transporte para escoamento dos produtos para o mercado local.

Os membros das cooperativas afirmam que para além do benefício do uso das parcelas de terra, também têm acesso às técnicas e tecnologias de produção como resultado da prestação de serviços por parte do Governo Distrital através da alocação de um extensionista e da colaboração com algumas instituições de ensino e ONGs. As trocas de experiência foram apontadas como um aspecto fundamental para o melhoramento da produção e produtividade agrícola.

Outro benefício que os membros da Cooperativa 25 de Setembro apontam é o facto de poderem fazer uso do regadio e dos meios de produção existentes, tais como o tractor e a motobomba. Já para a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane os meios de cultivo são mais tradicionais e não mecanizados.

4.5 Cooperativas e os Benefícios para as Comunidades Locais

Diferentemente das associações de um modo geral, as cooperativas têm a capacidade de, por si só, promover o desenvolvimento empresarial, criando emprego que, como consequência, origina receitas contribuindo desta forma para o combate à pobreza. Nesta perspectiva, a inclusão social é notável bem como a protecção social e a estrutura das comunidades.

A cooperativa desempenha um papel importante no desenvolvimento comunitário. Algumas diferenças são notórias no tipo de cooperativas existentes mas a maior parte, de entre os vários, têm como referência os princípios dos Pioneiros de Rochdale.

O sétimo princípio que demanda a preocupação com a comunidade releva o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento comunitário.

As Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane regem-se pelo sétimo Princípio de Rochdale desde a sua génese. Elas são parte da comunidade, por isso, a sua interacção nela é muito maior. Quando questionados se os membros das duas cooperativas tomavam parte de actividades na comunidade, a resposta foi que os líderes comunitários solicitam apoio aos membros das duas cooperativas em situações de emergência. Em algumas situações, o governo local também o faz. Esta componente de envolvimento das cooperativas nas acções das comunidades vai ser amplamente analisada no próximo capítulo, relativo às redes sociais.

Os membros das duas Cooperativas apontam alguns benefícios que as cooperativas trazem para as comunidades como sejam: a criação de emprego na época da colheita da produção, a partilha de recursos tais como água em momentos de crise, a colaboração com líderes comunitários para pressionar o governo distrital na resolução de problemas da comunidade e apoio em recursos humanos e materiais na resolução de problemas sociais.

As duas cooperativas em estudo têm disseminado conhecimentos e experiências pelas associações agrícolas de menor dimensão. Assim, se propõem a beneficiar a comunidade (que é na maior parte meramente agrícola) para que esta tenha meios de se sustentar.

4.6 Resumo do Capítulo

O capítulo analisou a participação das cooperativas agrícolas nas sinergias público-privadas e como estas contribuem para o desenvolvimento comunitário. Foram operacionalizadas as variáveis de prestação de serviços, capacitação institucional, promoção de PMEs e sinergias público-privadas através de indicadores que trouxeram resultados colhidos nas cooperativas em estudo.

Os resultados indicam que, há um grau elevado de satisfação em relação aos serviços prestados pelas cooperativas aos seus membros e demais beneficiários e, os membros tomam decisões sobre o tipo e qualidade de serviços a prestar. Há uma necessidade incluir os representantes das comunidades na gestão e planificação dos serviços, bem como, incrementar os conhecimentos dos provedores de serviços através de treinamentos contínuos. Observa-se também uma capacidade institucional que se destaca pela participação democrática através de exigência de direitos legítimos e equidade de género. Porém, a capacidade institucional só é efectiva quando há sustentabilidade técnica e financeira o que ainda não se observa nas duas cooperativas.

A análise da sub-variável de promoção de PME's apresentou resultados não satisfatórios. Ainda não é visível a inclusão de princípios de sustentabilidade para a promoção de PME's e não há estratégias em curso para o surgimento de PME's a nível local.

No que respeita a análise da variável de participação de cooperativas agrícolas nas sinergias público-privadas, constatou-se que, as cooperativas estão satisfeitas com o apoio técnico por parte do Governo Local embora não possam usufruir de projectos que envolvam em simultâneo os sectores público e privado. As cooperativas não se beneficiam de projectos que possam trazer oportunidades de crescimento económico para o incremento da produção.

Ainda neste capítulo foi analisada a componente capital social tendo como base as duas cooperativas. A conclusão a que o estudo chegou é que o capital social gerado pelas cooperativas é de base comunitária. Outro aspecto discutido no capítulo foi se as cooperativas beneficiam os seus membros e as comunidades locais onde se concluiu que, as cooperativas têm tido um papel bastante preponderante na mitigação dos problemas enfrentados pelos membros e comunidades prestando a devida assistência nas mais diversas necessidades.

Capítulo 5: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação de Grupos e Redes Sociais, na Disseminação e Partilha de Informação e na Promoção de Solidariedade e Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

O presente capítulo faz uma análise sobre a promoção da participação das Cooperativas Agrícolas em grupos e redes sociais, como é feita a promoção de partilha de informação e como estas podem promover a solidariedade e confiança entre actores de desenvolvimento comunitário. Estes aspectos analisados neste capítulo são fundamentais para se considerar se existe ou não capital social nas Cooperativas em estudo.

Uma sociedade detém capital social quando pode fazer uso das normas existentes de forma eficiente. Seria então uma forma de os indivíduos se socializarem através de obrigações e de reciprocidade. Numa vertente economicista, os indivíduos investem para obter algum lucro. A nível da sociabilidade, o investimento em redes constitui uma garantia de confiança e acesso a informações que de certa forma trazem benefícios nas transacções comerciais, ou de acesso aos créditos por exemplo.

A confiança contribui para que as regras e obrigações sejam cumpridas mesmo que não advenham daí sanções. As motivações podem até ser individuais, mas há uma obrigatoriedade no cumprimento dos prazos no caso de empréstimos, por exemplo, ou simplesmente pelo facto de se observar algum reconhecimento na rede de relações. Através das relações de confiança ou de redes, os indivíduos podem obter ou ter acesso a recursos determinando assim a existência ou não de capital social.

Para a maximização do desenvolvimento comunitário, sinergias público-privadas devem ser estabelecidas, mas, para que estas se mantenham e tragam resultados sustentáveis, é necessário que os actores de desenvolvimento comunitário, acima de tudo, estejam entrosados em normas e regras de reciprocidade e confiança.

É a partir destas premissas que o questionário submetido aos 54 membros das duas Cooperativas trouxe informações que foram analisadas no que concerne às variáveis: participação em grupos e redes sociais, disseminação e partilha de informação e promoção de solidariedade e confiança entre actores de desenvolvimento comunitário.

5.1 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação em Grupos e Redes Sociais

A variável participação em grupos e redes sociais tem um total de dez variáveis que apresentam o grau de sociabilidade dos membros das duas cooperativas e como estas beneficiam dos relacionamentos com outros grupos e redes sociais.

Quadro 5.1: Indicadores de Participação em Grupos e Redes Sociais

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Grupos e redes sociais a que pertencem os membros das Cooperativas	15	36	49	8	38	54
Grau de participação dos membros em outros grupos e redes sociais	25	60	15	20	52	28
Nível de importância dos grupos e/ou redes Sociais	45	40	15	35	55	10
Frequência em que a participação se deu nos grupos e redes sociais	16	32	52	25	30	45
Benefícios em grupos ou redes sociais	85	10	5	75	20	5
Acesso a serviços através dos grupos ou redes sociais	42	30	28	48	20	32
Nível de diferenças entre os membros no que concerne a riqueza, renda, posição social, origem étnica e raça.	75	25	0	85	15	0
Grau de conflitos devido a esses factores (riqueza, renda, posição social, origem étnica e raça)	100	0	0	100	0	0
Nível de violência causado pelos conflitos	100	0	0	100	0	0
Grau de sociabilidade entre os membros das Cooperativas e entre estes e as comunidades	96	4	0	90	10	0

Análise do Grau de 'Muito Satisfatório' de Participação em Grupos e Redes Sociais

Cooperativa 25 de Setembro

1. Nível de violência causada por conflitos – 100%
2. Grau de conflitos devido a esses factores (riqueza, renda, posição social, origem étnica e raça) – 100%
3. Grau de sociabilidade entre os membros das cooperativas e entre estes e as comunidades – 96%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Nível de violência causada por conflitos – 100%
2. Grau de conflitos devido a esses factores (riqueza, renda, posição social, origem étnica e raça) – 100%
3. Grau de sociabilidade entre os membros das cooperativas e entre estes e as comunidades – 90%

Os indicadores que tiveram maior pontuação no nível de “muito satisfatório” são os mesmos para as duas cooperativas. Tanto a 25 de Setembro como a Agro-pecuária de Campoane apontam o nível de violência causada por conflitos como muito satisfatório, atribuindo uma percentagem de 100%. A explicação é baseada no facto de os membros das duas cooperativas afirmarem que não existe conflitualidade de interesses nos relacionamentos entre estes e os vários grupos com quem se relacionam. A participação em grupos e redes é bastante satisfatória para os membros das duas cooperativas, visto que não existem grandes diferenças entre os indivíduos, pois os grupos congregam os mesmos interesses e valores. Daí que o grau de sociabilidade seja maior e necessário para ultrapassar algumas dificuldades, tais como o surgimento de calamidades naturais ou mesmo problemas comuns do dia-a-dia.

O segundo indicador que também teve uma pontuação de 100% pelos membros das duas cooperativas é o grau de conflitos devido a esses factores. Neste caso as respostas dadas para estes indicadores vão ao encontro do quesito satisfatório do nível de violência como consequência de conflitos existentes. Factores como riqueza, rendimento, posição social, origem étnica e raça não afectam a vida dos membros e também não interferem no relacionamento com outros grupos e redes.

Análise do Grau de ‘Satisfatório’ de Participação em Grupos e Redes Sociais

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grau de participação dos membros em outros grupos e redes sociais – 60%
2. Nível de importância dos grupos e/ou redes sociais – 40%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de participação dos membros em outros grupos e redes sociais – 52%
2. Nível de importância dos grupos e/ou redes sociais – 55%

Para o nível de satisfatório, os membros das duas cooperativas apontaram coincidentemente dois indicadores. O primeiro é o grau de participação em outros grupos e redes sociais que para a Cooperativa 25 de Setembro a classificação foi de 60% enquanto para a Agro-pecuária de Campoane foi de 52%. O segundo referente a nível de importância dos grupos e redes teve a classificação de 40% para a primeira cooperativa e 55% para a segunda. Para os membros ainda não há uma participação satisfatória em grupos e redes sociais que trazem inovação à produção agrícola. O que se constata são contactos com base em ajuda mútua. As redes sociais existentes estão enraizadas nas comunidades. São redes sociais informais que apoiam os membros a ultrapassarem alguns problemas emergentes.

As ligações existentes entre os vários membros contribuem para que os problemas das comunidades sejam resolvidos. As informações são assim disseminadas com a participação dos membros das cooperativas e das comunidades nas esferas de tomada de decisões. As referidas ligações representam o capital social comunitário, aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Representam igualmente uma mais-valia para gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas suas comunidades, além do potencial organizativo que estas mesmas comunidades possuem.

O capital social comunitário aplica-se neste contexto como fonte de benefícios através de redes familiares e extra-familiares. Segundo Moraes (2003: 11 e 12), as contribuições de Woolcok (1998) permitiram que a noção de capital social fosse ampliada para vários tipos e dimensões, permitindo assim incorporar uma nova visão multidimensional e dinâmica na sua noção, contrariamente à concepção determinista e estática presente em Putnam (2000) e em outros actores sobre o tema.

Uma dos tipos de capital social que incorpora esta dinâmica é o de ligação (*bonding social capital*) que se define como o que envolve os vínculos entre agentes da mesma posição, denominado por Putnam de *super cola sociológica* (Khan e Silva, 2005:104). Ou, por outro lado, como aquele que estabelece laços que unem pessoas similares tais como familiares imediatos, amigos íntimos, vizinhos e organizações que operam nas mesmas comunidades (Woolcock, citado por Traquino: 2009: 62).

O nível de importância da participação dos membros em grupos e redes sociais também foi apontado como vantajoso para as cooperativas. As cooperativas participam de grupos e redes sociais para aquisição e troca de qualquer bem ou serviço. Aquisição de novos conhecimentos e habilidades e troca de experiências. É comum entre membros de várias cooperativas e associações compartilharem novas técnicas de produção bem como compartilhar meios para a solução de um problema.

Análise do Grau de 'Não Satisfatório' de Participação em Grupos e Redes Sociais

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grupos e Redes Sociais a que pertencem os membros das cooperativas – 49%
2. Frequência em que a participação se deu nos grupos e redes sociais – 52%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grupos e redes sociais a que pertencem os membros das cooperativas – 54%
2. Frequência em que a participação se deu nos grupos e redes sociais – 45%

Os membros das duas cooperativas avaliaram no grau de 'Não Satisfatório' os mesmos indicadores. O primeiro é referente à quantidade de grupos e redes sociais a que os membros pertencem e o segundo a frequência desta participação. A Cooperativa 25 de Setembro apontou para o primeiro indicador uma percentagem de 49% enquanto a Agro-pecuária de Campoane 54%. Para o segundo indicador a percentagem foi de 54% para a primeira Cooperativa e 45% para a segunda.

Para os membros das cooperativas os grupos e redes sociais existentes não contribuem para a resolução de todos os problemas. Existem necessidades, como recursos financeiros, que inibem a concretização de vários objectivos dos membros. Se houvesse possibilidade de as cooperativas participarem mais de redes extra-comunitárias teriam a possibilidade de melhorar o seu desempenho e agregar mais valor à sua produção.

Os membros das cooperativas afirmam que o apoio que recebem do Governo não é suficiente para colmatar todas as necessidades. A única organização que facilita o intercâmbio com outros grupos é a UNAC. Assuntos relacionados à agricultura ecológica são conhecidos através de redes internacionais e a sua divulgação tem sido o papel desta organização. É preocupação das duas cooperativas estabelecer relações e intercâmbios com outros grupos e redes mas, devido a poucos recursos financeiros, a frequência com que estas se realizam ainda não é satisfatória.

A informação que se obtém das fontes informais e formais existentes no distrito ajuda na dinâmica da produção agrícola e agropecuária das cooperativas e lhes habilita ao mínimo de informação sobre os preços aplicados no mercado. Obtendo informação sobre os preços aplicados a nível de outras esferas, tanto nacionais como internacionais, as cooperativas já teriam bases para negociar preços mais favoráveis a si próprias.

Alguns actores referem-se ao acesso às informações como um efeito das ligações mais fracas da rede. Por outro lado, a confiança deve ser um factor fundamental para a construção de uma rede. O que os membros das cooperativas consideram estar a faltar são informações novas. Estas surgem de ligações não redundantes, onde os laços entre os indivíduos estabelecem uma ponte entre redes ou no buraco estrutural. O fortalecimento de ligações depende da combinação do montante de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (mútua confiança) e serviços recíprocos que caracterizam um laço.

Por exemplo, informações de jornais ou rádios ou outros métodos, poderiam assegurar que todos estariam a par de informações relevantes para a organização. Mas, estudos de difusão e comunicação social mostram que pessoas raramente agem sobre informações, ao menos que estas sejam transmitidas entre as pessoas.

As cooperativas devem desenvolver redes coesas onde a confiança esteja enraizada entre os seus membros e redes menos coesas onde as ligações são mais fracas e surgem ocasionalmente, pois estas últimas são aquelas que trazem alguma dinâmica e inovação à rede social.

5.2 Cooperativas Agrícolas na Disseminação e Partilha de Informação entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

A variável disseminação e partilha de informação entre os actores de desenvolvimento comunitário apresenta cinco indicadores, como segue o quadro abaixo:

Quadro 5.2: Indicadores de Disseminação e Partilha de Informação entre Actores de Desenvolvimento Comunitário

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Acesso a informações importantes sobre as acções do Governo	5	15	80	8	10	72
Acesso a informações sobre a actividade Agrícola	15	50	35	10	30	60
Grau de comunicação entre os membros das cooperativas	60	20	20	75	20	5
Fontes de informação existentes	5	35	60	10	35	55
Efeito das informações na vida dos membros das Cooperativas	75	20	5	65	35	0

Análise do Grau de Muito Satisfatório' de Partilha de Informação entre Actores de Desenvolvimento Comunitário

Cooperativa 25 de Setembro

1. Efeito das informações na vida dos membros das cooperativas – 75%
2. Grau de comunicação entre os membros das cooperativas – 60%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de comunicação entre os membros das cooperativas – 75%
2. Efeito das informações na vida dos membros das cooperativas – 65%

As cooperativas apontaram dois indicadores que se encontram a nível de 'Muito Satisfatório', que são o efeito das informações obtidas de diferentes fontes nas suas vidas com 75% para a Cooperativa 25 de Setembro e 65% para a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane. O outro indicador apontado foi o do grau de comunicação entre os membros das cooperativas que para a 25 de Setembro apurou-se uma percentagem de 60% e para a Agro-pecuária de Campoane 75%.

Nas duas Cooperativas, os membros apontaram a importância de informações como uma forma de os membros poderem se educar. A informação sobre as campanhas agrícolas é extremamente importante ou simplesmente a informação sobre a testagem de uma nova semente resistente às secas é fundamental. Se os membros estiverem devidamente informados podem participar melhor dos processos de tomada de decisões a nível das Cooperativas.

Através de várias experiências desencadeadas no País, os membros das Cooperativas podem replicar resultados garantindo assim a solução para alguns problemas existentes. Mas, acima de tudo, a informação é benéfica quando potencia os membros das Cooperativas para discutirem e negociarem estratégias para o desenvolvimento comunitário.

A comunicação entre os membros tanto de uma como da outra Cooperativa é muito satisfatória. As Cooperativas realizam encontros para a coordenação e planificação de acções. Os encontros são semanais, mensais e anuais quando se trata de assembleias-gerais e/ou extraordinárias. Os membros estão informados sobre o desenvolvimento organizacional das cooperativas, o que lhes permite participar dos processos de tomada de decisão.

Análise do Grau de Satisfatório' de Partilha de Informação entre Actores de Desenvolvimento Comunitário

Cooperativa 25 de Setembro

1. Acesso à informação sobre a actividade agrícola – 50%

Para o indicador de acesso à informação agrícola somente os membros da Cooperativa 25 de Setembro avaliaram-no como satisfatório. Esta Cooperativa tem sido assistida pelo Governo Distrital e os membros afirmam que as técnicas que têm implementado na actividade agrícola são transmitidas pelo técnico extensionista alocado àquela cooperativa.

Por a Cooperativa 25 de Setembro ser uma das mais antigas e ter beneficiado de vários apoios, tem sido contactada por vários actores de desenvolvimento governamentais e não-governamentais. Estudantes de universidades na capital do País afluem a esta Cooperativa em busca de conhecimentos endógenos e experiência na actividade agrícola.

Caixa 5.2.1: Depoimento de um membro da Cooperativa 25 de Setembro

Depoimento de Júlia Tembe¹¹

A Cooperativa 25 de Setembro trabalha com Engenheiros Agrónomos muitos dos quais vêm trabalhar connosco para terminar os seus trabalhos de fim de curso. Essas oportunidades servem também para nos dotarmos de alguns conhecimentos e informações sobre a produtividade agrícola.

Os membros apontaram algumas trocas de experiência com outras associações de produtores agrícolas e cooperativas como sendo benéficas para o acesso a novas informações e tecnologias de produção.

Análise do Grau de Não Satisfatório' de Partilha de Informação entre Actores de Desenvolvimento Comunitário

Cooperativa 25 de Setembro

1. Acesso a informações importantes sobre as acções do Governo Distrital – 80%
2. Fontes de informação existentes – 60%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Acesso a informações importantes sobre as acções do Governo Distrital - 72%

¹¹ Entrevista a 26 de Julho de 2010

2. Acesso a informações sobre a actividade agrícola – 60%
3. Fontes de informação existentes – 55%

Os membros das Cooperativas apresentaram no grau de “não satisfatório” três indicadores dos quais dois somente foram apresentados pela Cooperativa 25 de Setembro. Os dois indicadores comuns referem-se ao acesso a informações importantes sobre as acções do Governo, com 80% de insatisfação para a Cooperativa 25 de Setembro e 72% de insatisfação para a Agro-pecuária de Campoane. O segundo indicador comum é relativo às fontes de informação existentes onde a Cooperativa 25 de Setembro apresentou 60% de insatisfação e a Agro-pecuária de Campoane 55%.

Os membros das Cooperativas demonstram insatisfação pelo facto de o Governo não estabelecer uma ligação constante e contínua com a comunidade. A par dos programas de apoio às comunidades em caso de calamidades naturais e em situações de combate à pobreza indigente, várias acções que deviam ser protagonizadas pelo Governo Distrital não são visíveis. Uma delas é a abertura para a discussão dos problemas de participação local. Não há clareza sobre a modalidade de acesso aos Fundos de Desenvolvimento Distrital (FDD) e como eles devem ser geridos. Os beneficiários dos fundos não são os que mais necessitam mas alguns indivíduos que têm a confiança dos governantes do distrito.

Quando questionados os membros das Cooperativas sobre a participação nos Órgãos Locais do Estado, como é o caso dos Conselhos Consultivos do Distrito, os membros das duas Cooperativas apresentaram alguma relutância sobre o seu papel enquanto representantes da comunidade. Há uma falta de diálogo entre o Governo do Distrito e as comunidades locais para conjuntamente operacionalizarem as estratégias de desenvolvimento do distrito. Os membros ainda reclamaram o facto de terem submetido projectos para financiamento através do FDD que, desde então, não houve uma retroacção por parte do Governo do Distrito (entidade que gere os FDD) sobre a pertinência dos mesmos e se estes podiam ou não ser financiados.

Portanto, as acções do Governo Distrital são visíveis quando mais bancos comerciais são instalados no distrito ou aparecem mais investimentos nas mais diversas áreas. Este fenómeno ocorre à margem dos interesses das cooperativas agrícolas. Entende-se que se houvesse uma participação do sector agrícola informal provavelmente as oportunidades para adquirir investimentos na área agrícola fossem maiores, sendo que aspectos pouco abonatórios ao desenvolvimento seriam evitados.

Caixa 5.2.2: Depoimento de um membro da Cooperativa 25 de Setembro

Depoimento de Alfredo Chavanguane¹²

A Cooperativa 25 de Setembro submeteu um projecto ao governo distrital no âmbito dos FDDs, mas houve uma recusa. Não sabemos porquê. O crédito bancário não vai ao encontro dos resultados que temos obtido das campanhas. Se alguns conseguem trabalhar é devido aos fundos de microfinanças. Se o Governo apostasse em programas de absorção da produção teríamos fundos para resolver grande parte dos nossos problemas bem como a substituição de equipamento obsoleto.

Actualmente a Cooperativa 25 de Setembro beneficia de um crédito concedido pelo Banco Comercial e de Investimentos (BCI) no âmbito de um projecto financiado pela USAID.

O terceiro indicador apresentado no grau de “não satisfatório” foi classificado pelos membros da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane e é referente ao acesso a informações sobre a actividade agrícola com 60% de insatisfação. Para este grupo, o Governo Distrital não tem estado a dar o devido apoio para explorar o seu potencial agrícola e pecuário. A inexistência de capacidade em recursos humanos por parte da Direcção de Actividades Económicas do Distrito contribui para que o apoio não seja abrangente a todas associações e cooperativas existentes em Boane. Esta situação perpetua o uso de técnicas agrícolas tradicionais sem que consigam uma maior produtividade agrícola.

5.3 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Solidariedade e Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

A variável Promoção de Solidariedade e Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário está dividida em duas sub-variáveis: uma que é a promoção de solidariedade e outra que é a promoção de confiança. Cada uma das sub-variáveis apresenta indicadores que retratam a avaliação dos membros das duas Cooperativas em estudo.

5.3.1 Cooperativas Agrícolas e Promoção de Solidariedade entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

A sub-variável Promoção de Solidariedade entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário apresenta quatro variáveis. Os resultados obtidos dos membros das duas Cooperativas apresentam-se no quadro abaixo:

¹² Entrevista realizada a 26 de Julho de 2010, no distrito de Boane.

Quadro 5.3.1: Indicadores de Cooperativas Agrícolas e Promoção de Solidariedade entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Nível de participação em actividades Comunitárias	90	10	0	85	10	5
Nível de contribuição em benefício da comunidade através de recursos materiais e/ou financeiros	2	25	73	6	10	84
Nível de contribuição em benefício da comunidade através de tempo	95	5	0	93	7	0
Cooperação entre os membros das cooperativas na resolução de problemas da comunidade	100	0	0	95	5	0

Análise do Grau de 'Muito Satisfatório' de Promoção de Solidariedade entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

Cooperativa 25 de Setembro

1. Cooperação entre os membros das cooperativas na resolução de problemas da comunidade – 100%
2. Nível de contribuição em benefício da comunidade através de tempo – 95%
3. Nível de participação em actividades comunitárias – 90%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Cooperação entre os membros das cooperativas na resolução de problemas da comunidade – 95%
2. Nível de contribuição em benefício da comunidade através de tempo – 93%
3. Nível de participação em actividades comunitárias – 85%

Para os membros das duas Cooperativas, três indicadores tiveram percentagens que as qualificam para o grau de “muito satisfatório”. O indicador mais pontuado pelas duas cooperativas indica que 95% dos membros apontou haver uma grande cooperação entre estes na resolução dos problemas da comunidade.

Há um grande envolvimento dos membros das cooperativas a nível de base através de uma participação activa na resolução dos problemas. Há uma subjectividade e intangibilidade de elementos que

determinam os elevados níveis de cooperação, tais como normas e comportamento estabelecidos nas comunidades, valores comuns e partilhados, acções de reciprocidade e de confiança. Estas normas se manifestam com base em assistência entre membros das Cooperativas e entre estas e as Comunidades devido a baixos ou mesmo inexistentes rendimentos dos indivíduos.

Essa abnegação para a ajuda mútua tem como base relações de família, de amizade e até mesmo de empatia. Os problemas das comunidades são resolvidos consoante as possibilidades de recursos existentes. O grau de solidariedade entre os indivíduos é elevado, como disseram os membros da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane. Para albergar idosos, a organização não-governamental “Novo Mundo” está a construir moradias nas imediações das instalações desta Cooperativa. Como se trata de uma organização que não tem infra-estruturas em Boane, solicitou a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane para a armazenagem de material de construção e também para que fossem intermediários da Novo Mundo junto à comunidade.

Como informaram também os membros da Cooperativa 25 de Setembro, é com muita fluência que têm apoiado a comunidade com actividades que incluem limpeza nas escolas ou hospitais. Por outro lado, têm participado de vários eventos que sejam organizados em benefício das comunidades.

Análise do Grau de Não Satisfatório’ de Promoção de Solidariedade entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

Cooperativa 25 de Setembro

1. Nível de contribuição em benefício da comunidade através de recursos materiais e/ou financeiros – 73%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Nível de contribuição em benefício da comunidade através de recursos materiais e/ou financeiros – 84%

No grau de Não Satisfatório’ o único indicador apontado foi o do nível de contribuição em benefício da comunidade através de recursos materiais e /ou financeiros. Os recursos financeiros são gerados em função dos níveis de produção das cooperativas. Os recursos conseguidos da produção colectiva são canalizados para sustentar as necessidades imediatas das cooperativas, tais como: combustível para o tractor, aquisição de insumos de produção, entre outras necessidades.

Quadro 5.3.2 Indicadores de Cooperativas Agrícolas e Promoção de Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Nível de confiança entre as pessoas que são membros das cooperativas	98	2	0	80	15	5
Nível de confiança em relação aos líderes das cooperativas	70	22	8	76	14	10
Nível de confiança em relação ao Governo Distrital	12	15	73	15	20	65
Nível de confiança em relação aos líderes da comunidade	98	2	0	74	10	16
Nível de confiança em relação a outros grupos	25	30	45	30	38	32

Análise do Grau de Muito Satisfatório' de Promoção de Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

Cooperativa 25 de Setembro

1. Nível de confiança em relação aos líderes das comunidades – 98%
2. Nível de confiança entre pessoas que são membros das Cooperativas – 98%
3. Nível de confiança em relação aos líderes das Cooperativas – 70%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Nível de confiança entre pessoas que são membros das Cooperativas – 80%
2. Nível de confiança em relação aos líderes das Cooperativas – 76%
3. Nível de confiança em relação aos líderes das comunidades – 74%

A análise dos resultados da variável promoção de confiança entre actores de desenvolvimento comunitário revela no grau de Muito Satisfatório' altos níveis de confiança entre membros das Cooperativas Agrícolas. Sendo membros das cooperativas solidários para com as suas causas, a confiança é bastante elevada no que concerne à partilha de informações, de factores de produção, apoio mútuo nos períodos em que se necessita mão-de-obra, entre outros aspectos que requeiram confiança.

Como se pode depreender dos resultados, os membros afirmam ter dos líderes das cooperativas e das Comunidades níveis de confiança elevados. A justificação está assente no facto de o contacto ser muito

próximo entre comunidades e as lideranças comunitárias. Há uma forte apropriação de valores e regras comunitárias onde as obrigações dos indivíduos se fazem reflectir perante a hierarquia existente.

Pode-se deduzir que as ligações com base na confiança e existentes nas comunidades reflectem que os actores estão ligados entre si com base em ligações estruturais. A estrutura de relações tem como base a cultura, as motivações ideológicas bem como o acesso aos recursos existentes.

Análise do Grau de Não Satisfatório' de Promoção de Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

Cooperativa 25 de Setembro

1. Nível de confiança em relação ao Governo Distrital – 73%
2. Nível de Confiança em relação a outros grupos – 45%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Nível de confiança em relação ao Governo Distrital – 73%
2. Nível de Confiança em relação a outros grupos – 65%

Para a classificação de 'Não Satisfatório' dois indicadores foram mais pontuados pelos membros das Cooperativas. O primeiro, com maior percentagem, é o nível de confiança em relação ao Governo Distrital. O segundo é a confiança em relação a outros grupos.

Em relação ao Governo Distrital, os membros afirmam que não observam um contacto directo e contínuo que possa gerar confiança. O que se tem verificado são contactos extemporâneos com fins próprios não permitindo uma ligação duradoira e sustentável.

Há um sentimento de que o sector agrícola está a ser negligenciado. A realidade mostra que as políticas traçadas pelo Governo não estão a fazer-se reflectir na vida da população. A agricultura nas zonas rurais é de subsistência. As cooperativas não sentem que o Governo esteja a investir em infra-estruturas rurais e nem mesmo o acesso às finanças rurais tem sido fácil. Há uma necessidade de o Governo Distrital promover e melhorar o contacto com as comunidades, providenciando informação para o melhoramento da agricultura no distrito.

Segundo os membros das cooperativas, a governação do distrito deve ser participativa onde se pode depreender primeiro a existência no Governo de capacidade humana para cumprir as políticas públicas e

garantir que, os conselhos de gestão locais irão ser autónomos e bem coordenados o suficiente para pôr em prática as decisões que forem a ser tomadas bem como responder às expectativas das comunidades.

A absorção da produção pelo mercado local, nacional e até internacional é uma prioridade. O relançamento da agro-indústria é outro aspecto que foi mencionado que não se materializa a nível do distrito como estímulo ao desenvolvimento da agricultura em Boane.

5.4 Resumo do Capítulo

O capítulo analisou as variáveis de participação em grupos e redes sociais, de disseminação e partilha de informação e de solidariedade e confiança. Através dos indicadores de cada variável foi possível avaliar o nível de capital social existente nas cooperativas inseridas nas comunidades em estudo.

Para a variável participação em grupos e redes sociais, constatou-se que, há uma inexistência de situações de conflito entre os membros das duas cooperativas e entre estes e vários grupos nas comunidades. Também é notório que, os membros das duas cooperativas participam em outros grupos e redes sociais. Porém, a frequência com que a participação se dá, deve aumentar de modo a criar mais oportunidades de aquisição de novas informações e recursos em benefício das cooperativas.

Os indicadores da variável disseminação e partilha de informação demonstraram que, o efeito da informação na vida dos membros das cooperativas e o grau de comunicação entre os mesmos é bastante satisfatório. O acesso à informação sobre as actividades agrícola tem sido razoável, porém, há uma grande insatisfação em relação ao acesso à informação por parte das acções do Governo Distrital e em relação às fontes de informação existentes. Para o caso particular da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane, o acesso à informação relativa a actividade agrícola é inexistente.

No que respeita a variável de promoção de solidariedade, os membros apontaram a cooperação entre os membros das cooperativas na resolução de problemas da comunidade, o nível de contribuição em benefício da comunidade através de tempo e, o nível de participação em actividades comunitárias como muito satisfatórios. A um nível bastante razoável, os membros das duas cooperativas apontaram o nível de confiança em relação aos líderes das comunidades, o nível de confiança em relação aos líderes das cooperativas e, o nível de confiança em relação aos líderes das comunidades.

Os membros das duas cooperativas apontaram o nível de confiança em relação ao Governo Distrital e o nível de confiança em relação a outros grupos como não satisfatórios ao desenvolvimento das comunidades onde se inserem.

Capítulo 6: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização e Participação Comunitária

Este capítulo aborda dois aspectos fundamentais no desenvolvimento comunitário: a Promoção de Mobilização e a Participação Comunitária. Essencialmente, visa analisar o papel das Cooperativas Agrícolas em estudo e sua contribuição na participação dos processos de desenvolvimento das Comunidades bem como a mobilização promovendo a consciencialização para os benefícios da participação.

As Cooperativas Agrícolas participam do desenvolvimento comunitário através do envolvimento destas e das comunidades nos programas e políticas de governação local, traçando estratégias de forma conjunta com vista a solucionar os problemas relacionados com a pobreza (não satisfação de necessidades básicas).

Para o efeito, capacidades técnicas humanas e materiais devem constituir factores fundamentais neste processo. Por outro lado, o Governo Distrital tem o papel de promover iniciativas de desenvolvimento comunitário com a participação activa das comunidades na solução dos seus problemas. Uma participação activa significa fazer parte dos processos de planificação das componentes social e económica do distrito e posterior monitoria e avaliação à implementação dos planos aprovados. Ou seja, fazer a monitoria à Governação Distrital.

O capítulo apresentará os resultados da análise de duas variáveis, nomeadamente: promoção de mobilização e promoção da participação comunitária no desenvolvimento. Assim sendo, apresentar-se-á a análise dos indicadores das duas variáveis nos graus 'Muito Satisfatório', 'Satisfatório' e 'Não Satisfatório'.

6.1 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação Comunitária

Os resultados para a variável “promoção de mobilização comunitária” revelam o grau de muita satisfação, satisfação e não satisfação de oito indicadores. Destes indicadores, apenas um indicador teve a pontuação satisfatória enquanto as restantes foram pontuadas no grau de “não satisfatório”.

Quadro 6.1: Indicadores de Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação Comunitária

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Nível de influência das Cooperativas nas políticas de governação local	5	12	82	10	15	75
Grau de participação dos membros na vida política e exercício de cidadania	20	45	35	18	40	42
Nível de participação das Cooperativas na governação local	32	20	48	40	35	25
Frequência no encaminhamento de documentação ou petições ao governo distrital	0	0	100	0	0	100
Nível de participação das mulheres	15	40	45	10	45	45
Número de contactos feitos ao governo Distrital	5	15	80	8	16	76
Organização de encontros ou manifestação de protestos	0	0	100	0	0	100
Cartas escritas aos órgãos de informação como posicionamento sobre assuntos ligados ao desenvolvimento da comunidade	0	0	100	0	0	100

Análise do Grau de Satisfatório' de Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação Comunitária

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grau de participação dos membros na vida política e exercício de cidadania – 45%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de participação dos membros na vida política e exercício de cidadania – 40%

A análise dos resultados da variável de Cooperativas Agrícolas na Promoção da Participação Comunitária, revela no grau de 'Muito Satisfatório' um indicador com a classificação de 'Satisfatório' que é a participação dos membros na vida política e no exercício da cidadania. Para a Cooperativa 25 de Setembro a pontuação é relativamente maior que a da Cooperativa Agro-pecuária de Camponane. Nas entrevistas foi possível apurar as mesmas razões para justificar tal pontuação.

Os membros das duas cooperativas afirmam participar dos momentos de escrutínio geral ou mesmo local visto que se preocupam com o desenvolvimento do distrito. Afirmam também que encaminham as suas preocupações às entidades governamentais quando estas fazem o contacto às Cooperativas ou Comunidades.

Segundo disseram, participam da vida política do Distrito através dos processos de consulta efectuados pelo Governo Distrital. Nestes fóruns têm discutido abertamente sobre os problemas que enfrentam e propõem soluções aos responsáveis pelos vários pelouros do Governo.

Um facto recente é que através das lideranças comunitárias os membros das cooperativas, conjuntamente com os das comunidades, propuseram a exoneração da Administradora do Distrito que, na óptica dos mesmos, estava a fazer desmandos não cumprindo com o estipulado nos planos económicos e sociais do distrito.

A participação é assim satisfatória na medida em que mudanças podem ocorrer devido à influência que estes membros exercem na sociedade através de canais legítimos.

Análise do Grau de Não Satisfatório' de Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação Comunitária

Cooperativa 25 de Setembro

1. Frequência no encaminhamento de documentação ou petições ao governo distrital – 100%
2. Organização de encontros ou manifestação de de protestos – 100%
3. Cartas escritas aos órgãos de informação como posicionamento sobre assuntos ligados ao desenvolvimento da comunidade – 100%
4. Nível de influência das Cooperativas nas políticas de governação local – 82%
5. Número de contactos feitos ao governo distrital – 80%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Frequência no encaminhamento de documentação ou petições ao governo distrital – 100%
2. Organização de encontros ou manifestação de protestos – 100%
3. Cartas escritas aos órgãos de informação como posicionamento sobre assuntos ligados ao desenvolvimento da comunidade – 100%

4. Número de contactos feitos ao governo distrital – 76%
5. Nível de influência das Cooperativas nas políticas de governação local – 75%

No grau de 'Não Satisfatório' também cinco indicadores foram apontados tanto para a Cooperativa 25 de Setembro como para a Agro-pecuária de Campoane. Três dos indicadores têm uma percentagem de 100% de insatisfação, o que significa que para esta variável a maior parte dos indicadores revela uma satisfação muito baixa.

As duas Cooperativas Agrícolas não têm a cultura de comunicação contínua com o Governo Distrital. Tal é que não se verifica o encaminhamento de documentação ou petições ao Governo Distrital como forma de manifestação sobre os aspectos positivos ou negativos referentes ao processo de desenvolvimento do distrito. Há um reconhecimento por parte dos membros inquiridos sobre tal necessidade mas há um desconhecimento do modo como se deve actuar para efectivação destas acções muito concretas.

Por outro lado, mesmo que os membros das cooperativas agrícolas sintam que as comunidades têm uma necessidade a ser apresentada ao Governo Distrital e que tenha de ser resolvida no âmbito desta entidade, não se verificam protestos ou manifestações como demonstração deste descontentamento. Porém, existem estruturas organizadas a nível das Comunidades que encaminham as preocupações ao Governo mas de forma ponderada. E aí corre-se o risco de a solução não ser eficientemente resolvida quando há interesses privados que se sobrepõem aos das Comunidades ou então simpatia pelos membros do Governo Distrital.

Assim sendo, para não despoletar os problemas das comunidades, a consciencialização sobre a divulgação dos mesmos torna-se quase inevitável. Os meios de comunicação social não recebem a informação sobre o posicionamento das comunidades em relação aos assuntos ligados ao desenvolvimento do distrito. Há um sentimento de que os meios de comunicação social é que devem participar dos processos quando é conveniente. Deste modo, as comunidades não fazem uso deste instrumento como parte integrante do processo de desenvolvimento.

Os contactos ao Governo do Distrito foram apontados como "não satisfatórios". As cooperativas são representadas a nível local pela União Distrital de Camponeses que tem participado dos encontros do Governo. Apesar desta abertura e descentralização na governação do distrito ainda há um deficiente conhecimento por parte dos membros das comunidades sobre o seu papel e como e quando devem participar, pese embora o nível de consciência e cidadania existente. O único aspecto que aparentemente

sobressai como relevante é a preocupação com os Fundos de Desenvolvimento do Distrito, tornando-se assim a agenda da governação. Observa-se também que as decisões tomadas na governação do distrito não passam por consulta quando há interesses privados, principalmente das entidades governamentais.

6.2 Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização Comunitária

Para esta variável foram identificados nove indicadores que apresentam a situação das Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização Comunitária. A maior parte dos indicadores teve maior classificação no grau de 'Muito Satisfatório' como se segue no quadro 6.2 abaixo.

Quadro 6.2: Indicadores de Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização Comunitária

Indicadores	Grau de Satisfação em Percentagem					
	Cooperativa 25 de Setembro			Cooperativa Agro-pecuária de Campoane		
	MS	SAT	NS	MS	SAT	NS
Capacidade dos líderes das cooperativas de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas dos seus membros	65	22	13	70	10	20
Capacidade dos líderes das cooperativas de consciencializar os membros das comunidades para um envolvimento mais activo no desenvolvimento comunitário	65	25	10	50	22	28
Grau de promoção de iniciativas próprias e actividades de auto-mobilização pelos membros da comunidade	10	72	8	55	25	20
Grau de envolvimento das mulheres na tomada de decisões	6	20	54	12	35	53
Grau de envolvimento dos membros das cooperativas em actividades cívicas da comunidade local	15	45	40	12	40	48
Grau de tomada de decisões dos membros das cooperativas que tragam mudanças na sua vida	60	34	6	75	15	10
Grau de tomada de decisões dos membros das cooperativas na governação distrital	5	35	60	12	28	60
Grau de satisfação dos membros em relação às decisões tomadas	35	28	37	30	32	38
Capacidade organizacional dos membros da Comunidade	75	10	15	80	15	5

Análise do Grau de 'Muito Satisfatório' de Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização Comunitária

Cooperativa 25 de Setembro

1. Capacidade organizacional dos membros das comunidades – 75%
2. Capacidade dos líderes das Cooperativas de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas dos seus membros – 65%
3. Capacidade dos líderes das Cooperativas de consciencializar os membros das comunidades para um envolvimento mais activo no desenvolvimento comunitário – 65%
4. Grau de tomada de decisões dos membros das Cooperativas que tragam mudanças na sua vida – 60%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Capacidade organizacional dos membros das comunidades – 80%
2. Grau de tomada de decisões dos membros das Cooperativas que tragam mudanças na sua vida – 75%
3. Capacidade dos líderes das Cooperativas de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas dos seus membros – 70%
4. Grau de promoção de iniciativas próprias e actividades de auto-mobilização pelos membros da comunidade – 55%
5. Capacidade dos líderes das Cooperativas de consciencializar os membros das comunidades para um envolvimento mais activo no desenvolvimento comunitário – 50%

Para os membros das duas Cooperativas, as comunidades apresentam características próprias de organização social. As cooperativas são uma forma presente de organização social que tem contribuído para que as comunidades preservem os valores básicos de convivência: cooperação e solidariedade, pois os seus membros são parte da comunidade e primam pela organização social comunitária.

Por outro lado, os membros assumem a liderança com base em processos democráticos. Estes tomam parte dos processos de tomada de decisões para que os benefícios sejam reflectidos em suas vidas. Uma grande contribuição é dada pelos líderes comunitários que são legítimos e assumem o papel fundamental de incentivar e apoiar os seus membros e suas iniciativas. Os líderes comunitários, através dos seus conselhos de tomada de decisão, envolvem a população, mobilizando-a para que tome parte do desenvolvimento comunitário. As instituições governamentais têm feito uso da estrutura comunitária

existente para implementar programas de saúde, educação, microfinanças, entre outras, o que se pode constatar nos resultados apresentados na caixa 6.2 acima.

A nível das cooperativas, o processo democrático é patente. Os órgãos de governação são eleitos regularmente e os estatutos a base para a existência da organização.

O grau de acesso aos serviços básicos de educação e saúdeé, na opinião dos membros, pertinente. Estas iniciativas devem servir de base para que as famílias tenham as mínimas condições para o seu bem-estar. Através de ajuda mútua e solidariedade é possível salvar vidas em casos de enfermidade. Muitos se queixam da falta de recursos monetários e de transporte mas os membros são capazes de solucionar os problemas com base nos recursos existentes.

Apesar de haver acesso aos serviços básicos ainda há uma carência de programas de educação de adultos. Pensa-se que só se pode fazer face aos problemas de pobreza se os membros estiverem a participar de programas de alfabetização e estudos comunitários sobre as novas tendências agro-pecuárias por exemplo, com base na agricultura ecológica.

Análise do Grau de Satisfatório’ de Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização Comunitária

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grau de promoção de iniciativas próprias e actividades de auto-mobilização pelos membros das comunidades – 72%
2. Grau de envolvimento dos membros das cooperativas em actividades cívicas da comunidade local – 45%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas em actividades cívicas da comunidade local – 40%

Para os indicadores do grau de “satisfatório”, os membros afirmam que os líderes comunitários são promotores de iniciativas que contribuem para a solução de alguns problemas, tais como as relacionadas com a segurança da população ou em alguns casos de conflitos de terra ou de outra natureza.

As cooperativas, em coordenação com a comunidade, tomam iniciativas de prestação de serviços e de apoios no que concerne a actividades cívicas, tais como a importância de participar dos processos

eleitorais, a adesão pelas causas sociais que beneficiem a comunidade, o respeito pelos bens colectivos, a exemplo das fontenárias, a preservação dos locais públicos, como escolas e hospitais, entre outras questões pertinentes.

Análise do Grau de 'Não Satisfatório' de Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização Comunitária

Cooperativa 25 de Setembro

1. Grau de tomada de decisões dos membros das Cooperativas na governação distrital – 60%
2. Grau de envolvimento das mulheres na tomada de decisões – 54%
3. Grau de envolvimento dos membros das cooperativas em actividades cívicas da comunidade local – 40%

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Grau de tomada de decisões dos membros das Cooperativas na governação distrital – 60%
2. Grau de envolvimento das mulheres na tomada de decisões – 53%
3. Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas em actividades cívicas da comunidade local – 48%

Para o grau de “não satisfatório”, os resultados apontam para as duas Cooperativas uma insatisfação em relação à governação local. Os membros das duas cooperativas afirmam não ter algum envolvimento no processo de tomada de decisões para a aprovação dos programas de desenvolvimento do distrito. Simplesmente têm conhecimento da existência de fundos de desenvolvimento local e de outros programas em curso como o fomento pecuário, por exemplo, mas de pouca acessibilidade.

O não envolvimento das Cooperativas na governação distrital implicará o desconhecimento dos programas do governo que estão em curso e, conseqüentemente, a falta de informação sobre as oportunidades de acesso aos mercados e tecnologias de produção. Não participam efectivamente na planificação do programa de desenvolvimento do distrito e ficam à margem no que tange ao acesso aos recursos existentes para o impulsionamento do desenvolvimento comunitário.

Por outro lado, o governo distrital não exerce o seu papel de promotor de desenvolvimento comunitário ao não garantir que a participação e envolvimento da comunidade e das Cooperativas em particular sejam eficientes. O Plano de Desenvolvimento do Distrito deve ser a base para o envolvimento de vários

actores através da promoção de espaços para assegurar mercados favoráveis ao pequeno produtor agrícola e a sua ligação ao sector privado. Nesta perspectiva, outras actividades económicas, como sejam as de índole industrial, estariam inseridas na cadeia de desenvolvimento do distrito.

Qual será a razão para que haja esta desconexão entre as comunidades, o governo distrital e outros actores de desenvolvimento? A razão, segundo os membros, é que há um grande desconhecimento por parte destes dos programas do governo em curso porque não há uma comunicação efectiva que lhes permita estar envolvido e participar de todos os processos de desenvolvimento. Participar em processos democráticos significa criar mudanças onde os benefícios se fazem sentir na vida das pessoas.

No que concerne à participação da mulher, dado apontado como “não satisfatório”, a razão apresentada foi que seria fundamental para os membros que as mulheres fossem mais activas. Algumas já o são e mostram muito empenho mas a maioria ainda tem receio de participar activamente. Torna-se assim fundamental trabalhar os valores culturais das mulheres focando para a valorização dos seus direitos para que elas possam aproveitar o espaço criado nos processos de desenvolvimento. No caso das duas Cooperativas, se as mulheres estão numericamente bem representadas, não significa isso que estejam a participar efectivamente porque os homens é que tomam as decisões e comandam todo o processo.

Para que as acções das comunidades sejam visíveis a nível de governação é importante que a questão da cidadania esteja presente e exercida pela população. Apesar de já terem alguma informação de base para o exercício da cidadania e para a promoção de actividades cívicas para a resolução conjunta dos problemas comunitários. Entende-se que a formação cívica ainda é necessária para que a população possa participar na vida política, económica e social do distrito. A educação e a informação, segundo os membros das Cooperativas, impulsionam o funcionamento das instituições públicas.

6.3 Resumo do Capítulo

No sexto capítulo do estudo, duas variáveis foram analisadas. A primeira variável de promoção de participação comunitária foi analisada tendo em conta indicadores através dos quais demonstraram que, os membros das duas cooperativas estão satisfeitos com o grau de participação dos membros na vida política e exercício da cidadania no distrito. Porém, é de salientar o facto de, os membros terem apontado vários indicadores no nível de 'não satisfação'.

Os membros das duas cooperativas apontaram a não existência de práticas de encaminhamento de documentação ou petições ao Governo Distrital, o facto de não se organizarem encontros ou manifestos

de protestos, o facto de não se endereçarem cartas aos órgãos de informação como posicionamento de assuntos ligados ao desenvolvimento da comunidade, o nível de influência nas políticas de governação local e o número de contactos feitos ao governo distrital.

No que concerne a variável de promoção de mobilização comunitária os membros das duas cooperativas apontaram os indicadores de capacidade organizacional dos membros das comunidades e a capacidade dos líderes das comunidade de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas dos seus membros, grau de tomada de decisões dos seus membros que tragam mudanças na sua vida, grau de promoção de iniciativas próprias e actividades de auto-mobilização e a capacidade dos líderes das cooperativas de consciencializar os membros das comunidades para um envolvimento mais activo como fundamentais para o desenvolvimento comunitário.

Por outro lado, o grau de tomada de decisões dos membros das cooperativas na governação distrital, o grau de envolvimento das mulheres na tomada de decisões e, o grau de envolvimento dos mesmos em actividades cívicas da comunidade local ainda se encontram abaixo das suas expectativas.

Capítulo 7: Conclusões e Recomendações

7.1 Introdução

Este estudo tinha como objectivo analisar em que medida as cooperativas agrícolas contribuem para o desenvolvimento comunitário no distrito de Boane, província de Maputo, tomando as Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane como estudo de caso.

Para alcançar este objectivo, o estudo levantou esta questão-chave: em que medida as cooperativas agrícolas promovem o desenvolvimento comunitário no distrito de Boane?

Para responder a esta questão, foram avançadas três hipóteses principais. A primeira hipótese foi analisada através da variável de sinergias público-privadas. A segunda hipótese foi estudada por variáveis de (i) participação em grupos e redes sociais, (ii) disseminação e partilha de informação, (iii) promoção de solidariedade e confiança, das quais foram divididas em duas sub-variáveis: (i) solidariedade e (ii) confiança. A terceira hipótese foi explorada por variáveis de (i) mobilização comunitária e, (ii) participação comunitária. As três hipóteses foram também analisadas por uma variável dependente de desenvolvimento comunitário que teve sub-variáveis de (i) prestação de serviços, (ii) capacitação institucional, (iii) promoção de PMEs.

Para o estudo das variáveis concebidas, foram identificados indicadores que foram submetidos à avaliação de dois grupos de membros pertencentes às Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane e também aos Presidentes das duas Cooperativas, bem como a membros dos povoados 25 de Setembro e Campoane que integram as comunidades com os mesmos nomes. A avaliação dos indicadores foi feita através de graus de satisfação de 'Muito Satisfatório', 'Satisfatório' e 'Não Satisfatório'. Com base nesta informação, um questionário foi elaborado e submetido a 54 membros das duas Cooperativas Agrícolas e a 25 membros das Comunidades perfazendo um total de 79 pessoas.

Das 7 variáveis identificadas surgiram no total 71 indicadores que foram analisados nos Capítulos 4, 5 e 6 deste trabalho.

7.2 Resultados do Estudo

Os Capítulos 4, 5 e 6 examinaram com profundidade os elementos fundamentais para que as Cooperativas possam contribuir para o desenvolvimento comunitário no distrito de Boane. Os resultados obtidos da análise dos três capítulos empíricos referidos estão sumarizados de acordo com o conteúdo de cada capítulo.

Capítulo 4: Cooperativas Agrícolas e Sua Participação nas Sinergias Público-Privadas

Numa primeira fase, este capítulo avaliou a variável dependente das três hipóteses que o estudo identificou, que é desenvolvimento comunitário. Esta variável foi medida através de sub-variáveis de prestação de serviços, que apresentou 8 indicadores, capacitação institucional com 7 indicadores e, promoção de pequenas e médias empresas, com 5 indicadores.

Para os indicadores da primeira sub-variável prestação de serviços, ambas cooperativas apresentaram o grau de “muito satisfatório”, apenas um indicador foi apontado pela Cooperativa Agro-pecuária de Campoane no grau de “satisfatório” e no grau de “não satisfatório” foram apresentados 3 indicadores pela Cooperativa 25 de Setembro e apenas 2 pela Cooperativa Agro-pecuária de Campoane. Estes resultados mostram que, há uma grande satisfação em relação aos serviços prestados pelas duas Cooperativas. Os indicadores de qualidade que demonstram estas constatações são: grau de envolvimento dos membros das Cooperativas na tomada de decisões sobre os serviços a serem oferecidos, tendo uma pontuação de 60% para a Cooperativa 25 de Setembro e o grau de uso de recursos humanos locais para a Agro-pecuária de Campoane com uma pontuação de 64%.

Ainda no que diz respeito à avaliação desta sub-variável, o grau de formação do pessoal local para a prestação de diversos serviços teve uma qualificação negativa para a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane e o indicador referente à quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os provedores de serviços e representantes das comunidades na planificação, prestação, gestão e avaliação dos serviços teve uma qualificação negativa de 54%. Estes factores se devem ao facto de, haver uma necessidade urgente de capacitar os recursos humanos existentes para responderem às necessidades das comunidades para a disponibilidade no mercado de produtos que possam ser altamente competitivos. O conhecimento e a inovação tornam-se fundamentais. Por outro lado, fica explícita a necessidade de atrair recursos humanos qualificados para gradualmente assumirem os destinos das Cooperativas, em substituição dos membros mais antigos, de modo a que se tornem sustentáveis do ponto de vista técnico e político a médio e longo prazos. Há uma necessidade de aprimorar a quantidade e qualidade dos serviços prestados em parceria com as comunidades. Deve ser uma acção sistemática seguindo os princípios da acção

colectiva tendo como bases aspectos ligados à planificação conjunta e participativa, prestação e gestão transparentes e avaliação dos serviços prestados. Estes pressupostos requerem uma liderança comprometida com os processos de desenvolvimento comunitário.

A sub-variável capacitação institucional apresentou 7 indicadores cuja análise identificou no grau de 'muita satisfação' a mesma percentagem para as duas Cooperativas que é o grau de elevação da capacidade de negociação das mulheres, com 76% para a Cooperativa 25 de Setembro e 67% para a Agro-pecuária de Campoane. Esta classificação se sustenta no facto de as mulheres já assumirem cargos de liderança e poderem influenciar decisões a nível das cooperativas. Os membros apontam a Cooperativa 25 de Setembro como um exemplo concreto onde o presidente é uma mulher.

Embora as mulheres já demonstrem alguma capacidade de negociação, as lideranças nas duas Cooperativas ainda não desenvolveram habilidades para atrair novos apoios e acesso aos serviços que possam garantir a sustentabilidade técnica e financeira. Tal facto se expressa nas classificações negativas que os membros da Cooperativa 25 de Setembro atribuem ao indicador de sustentabilidade da liderança das Cooperativas em atrair novos apoios e acesso aos serviços de sustentabilidade técnica e financeira com 67%. O facto de não haver capacidade interna para atrair novos apoios está relacionado ao desconhecimento de técnicas de negociação e lobby para atrair novos recursos.

A Cooperativa Agro-pecuária de Campoane aponta o indicador grau de ênfase na formação e alfabetização dos membros das Cooperativas como negativo, com uma classificação de 57%. A justificação para esta classificação cinge-se no facto de os membros não estarem a beneficiar de programas de alfabetização para que possam ter acesso às oportunidades de financiamento e outros fóruns e redes de aprendizagem onde a base para o seu envolvimento requer, por exemplo, o uso de tecnologias de comunicação e informação.

A terceira sub-variável, de promoção de pequenas e médias empresas, apresenta apenas uma classificação negativa, quando analisados os 5 indicadores identificados para o seu estudo. Assim, o indicador de sustentação é para as duas Cooperativas o grau de inclusão dos princípios de sustentabilidade na promoção de PME's com 100% de pontuação.

Tal se deve essencialmente ao facto de não haver acções concretas por parte do Governo local na promoção de PME's. Alguns esforços se fazem notar no seio das Cooperativas e alguns empreendedores nas comunidades. Contudo, ainda não se pode considerar que sejam PME's, pois elas não actuam com

base nos preceitos legais de constituição de uma empresa e não apresentam uma situação financeira que se pode considerar sustentável.

As três subvariáveis da variável de desenvolvimento comunitário trazem uma análise de como se pode constatar a existência de promoção de desenvolvimento nas comunidades onde as duas Cooperativas estão inseridas. A contribuição destas dependerá em grande medida da existência de condições satisfatórias que ainda devem ser criadas no distrito de Boane.

A variável 'Sinergias Público-privadas' foi avaliada através de 10 indicadores que pretendiam analisar o nível e tipos de participação de actores dos sectores público e privado no desenvolvimento comunitário com o envolvimento das duas Cooperativas. Do total de 10 indicadores, 3 tiveram uma classificação alta no grau de avaliação de 'Muito Satisfatório' para ambas Cooperativas igualmente tiveram uma classificação de 'Satisfatório'

Capítulo 5: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Participação de Grupos e Redes Sociais, na Disseminação e Partilha de Informação e na Promoção de Solidariedade e Confiança entre os Actores de Desenvolvimento Comunitário

A incidência na análise da variável de participação das Cooperativas Agrícolas em grupos e redes teve como base 10 indicadores. Destes indicadores, as duas Cooperativas apontaram o facto de os grupos e redes terem permitido que o nível de conflitos fosse inexistente e que as diferenças sociais não existissem visto que, a condição social dos seus membros e a das comunidades é a mesma.

Os grupos e redes sociais são de base comunitária onde os interesses se mostram iguais não surgindo deste modo divergências que possam pôr em causa o bom funcionamento dos grupos e redes informais existentes. Porém, ainda se mostra insatisfatório o facto de os membros tomarem parte de um número maior de redes sociais estratégicas para as Cooperativas e a sua frequência tem vindo a diminuir. As redes que a maior parte dos membros apontaram estão relacionadas com o âmbito social, religioso e partidário. Outro aspecto crucial é a sustentabilidade financeira cujas redes sociais se tornam importantes no acesso a informações úteis que podem trazer oportunidades e canais de mobilização de fundos.

A variável disseminação e partilha de informação foi analisada tendo em conta 5 indicadores e ficou patente que o acesso a informações e o grau de comunicação entre os membros é bastante satisfatório, com 75% de classificação para o primeiro indicador para a Cooperativa 25 de Setembro e o segundo indicador com a mesma pontuação para a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane.

Apesar de o acesso à informação e o grau de comunicação ser satisfatório com o contributo de grupos e redes sociais, os membros das Cooperativas estão insatisfeitos com o facto de não terem acesso às informações inerentes às acções do Governo Distrital. Para este indicador, a pontuação de sustentação é para a Cooperativa 25 de Setembro de 80% e para a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane de 72%.

O Governo Distrital não assume o seu papel como interlocutor no processo de desenvolvimento comunitário. O facto de as Cooperativas e as comunidades não terem acesso aos programas do Governo e a fraca participação nos fóruns de governação local ou ainda não perceberem como estes funcionam e em benefício de quem, é um factor fundamental que impede um desenvolvimento inclusivo e participativo.

A variável solidariedade e confiança entre os actores de desenvolvimento comunitário foi dividida em duas sub-variáveis. A sub-variável de solidariedade foi analisada tendo como base 4 indicadores. Para as duas Cooperativas o indicador que teve uma classificação que sustenta o nível de 'muita satisfação' é a cooperação entre os membros das Cooperativas na resolução de problemas da comunidade. Há uma elevada consciência por parte dos membros das Cooperativas em providenciar apoio aos membros das comunidades porque eles são parte das mesmas. Estas acções consubstanciam-se na partilha de recursos, colaboração na resolução de vários problemas de índole social e apoio mútuo em questões de sobrevivência da comunidade.

Os níveis de solidariedade entre os actores de desenvolvimento comunitário se circunscrevem àquelas entidades baseadas na comunidade pois, são estas que estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento das mesmas. A contribuição de actores externos não é visível, o que contribuiu para que os membros das Cooperativas apontassem este factor como o mais negativo neste processo. Assim, para as duas Cooperativas, o nível de contribuição em benefício da comunidade através de recursos materiais e/ou financeiros teve uma pontuação de insatisfação de 73% para a Cooperativa 25 de Setembro e 84% para a Cooperativa Agro-pecuária de Campoane.

A segunda sub-variável de promoção de confiança foi analisada com base em cinco indicadores. Os níveis de confiança entre actores de desenvolvimento comunitário são originalmente entre aqueles que estejam inseridos na comunidade. Os níveis de confiança bastante elevados foram apontados no seio da comunidade onde os membros das Cooperativas tomam parte e os líderes comunitários com uma pontuação de sustentação de 98% para a Cooperativa 25 de Setembro e 80% para a Agro-pecuária de Campoane. Em seguida, os líderes das Cooperativas são apontados como os que inspiram confiança aos seus membros.

Os níveis de confiança em relação ao Governo Distrital e outros grupos são apontados como sendo bastante negativos. Mais uma vez, não há uma uniformização nos níveis de confiança entre actores de desenvolvimento comunitário em Boane. Há um ciclo de confiança entre os actores que operam para o benefício das comunidades e que tomam parte deste mesmo processo. Um dos aspectos que os membros apontam para a falta de confiança em relação ao Governo Distrital foi a destituição da Administradora por ter pautado em acções nada abonatórias, criando situações de conflito de interesses em prejuízo das comunidades do distrito de Boane.

Capítulo 6: Cooperativas Agrícolas na Promoção de Mobilização e Participação Comunitária

A variável de promoção de participação comunitária foi analisada por 8 indicadores dos quais, para as duas Cooperativas ficou patente a satisfação dos membros na vida política e exercício da cidadania. Este indicador não teve um grau elevado que se poderia considerar acima da média, mas o estudo previu a análise de até 40% como o mínimo para se considerar um resultado positivo. Deste modo, o resultado que indica o nível positivo em relação a este indicador foi de 45% para a Cooperativa 25 de Setembro e 40% para a Agro-pecuária de Campoane.

Há uma consciência por parte dos membros das Cooperativas sobre a necessidade de participar no desenvolvimento comunitário através do exercício da cidadania. Há uma preocupação das comunidades em exigir que os processos sejam mais democráticos com vista ao benefício comum.

Apesar de haver este conhecimento e o encaminhamento das preocupações das comunidades seja feito através das lideranças comunitárias, os processos são encaminhados sem a devida formalidade e sem aproveitar os canais existentes para o efeito. Somente quando se criam oportunidades como em presidências abertas, são encaminhados e por vezes solucionados alguns problemas.

Assim, os membros das duas Cooperativas apontam a frequência no encaminhamento de documentação e petições ao Governo Distrital como uma prática inexistente. Para as duas Cooperativas este indicador teve uma pontuação de insatisfação de 100%.

Para a sub-variável de promoção de mobilização comunitária, 9 indicadores serviram de base de análise. Constatou-se que, o nível de organização dos membros das comunidades permite que haja mobilização para a participação no desenvolvimento comunitário. O indicador de capacidade organizacional dos membros das comunidades obteve uma pontuação de 75% para a Cooperativa 25 de Setembro e 80% para os da Agro-pecuária de Campoane como base para esta conclusão.

Os membros das comunidades estão devidamente organizados e respeitam a estrutura de poder local existente. Há um grande respeito pelos órgãos de poder local como legítimos representantes das comunidades no que toca à hierarquização das decisões em prol do desenvolvimento das comunidades.

Porém, não existe ainda um apoio por parte do Governo Distrital para que os constrangimentos enfrentados pelas comunidades possam ser ultrapassados. Por isso, o indicador de grau de tomada de decisões dos membros das Cooperativas na governação distrital é apontado pelos membros como uma questão negativa tendo como atribuição de 60% para a Cooperativa 25 de Setembro e igualmente a mesma percentagem para a Agro-pecuária de Campoane.

Atribui-se assim, mais uma vez, a ausência da responsabilidade do Governo Distrital como actor-chave no desenvolvimento comunitário.

7.2.2 Implicações Teóricas e Práticas sobre os Resultados Alcançados

O estudo no âmbito da validação dos resultados foi feito com base na informação colhida nas Cooperativas 25 de Setembro e Agro-pecuária de Campoane e as comunidades onde elas se inserem. Os resultados obtidos validam as hipóteses do estudo e se circunscrevem à realidade da área geográfica onde o estudo foi realizado, o que implica a sua não-validação para outras realidades de outras cooperativas e comunidades a nível nacional.

Contudo, semelhanças podem existir quando se analisa os factores que contribuem para o desenvolvimento ou não das comunidades em Moçambique, visto que, as razões apontadas pelos membros das Cooperativas em estudo provavelmente sejam similares a outras situações que ocorrem a nível comunitário.

Uma constatação prática do estudo é a de se tomar as Cooperativas como actores de desenvolvimento comunitário e explorar a contribuição de outros actores públicos e privados como fundamentais neste processo. Neste âmbito, futuras investigações devem trazer contributos para a identificação de actores-chave no processo de desenvolvimento comunitário e explorar se os problemas identificados no presente estudo constituem uma realidade para outras comunidades do distrito de Boane e de outras províncias do País.

Aspectos ligados à sustentabilidade política e económica das Cooperativas Agrícolas são também fundamentais para explorar em futuros estudos para que contribuições de carácter científico possam alavancar os processos de desenvolvimento sustentável das comunidades.

Olhando para aspectos práticos, os resultados deste estudo contribuem para visitar políticas e estratégias de desenvolvimento comunitário já formalmente aprovados pelo Governo, mas que, na realidade, não se reflectem na vida da população. As comunidades não participam nos processos de desenvolvimento e não têm conhecimento da existência de instrumentos que lhes habilitam a influenciar tais processos. Deve-se enfatizar o papel de cada actor no processo de desenvolvimento comunitário e responsabilizar os mesmos sobre o sucesso ou não da implementação dos planos de desenvolvimento socioeconómico dos distritos.

Como complemento desta análise, as recomendações que se seguem são parte deste esforço na reflexão de tais constatações.

7.3 Recomendações

As recomendações emanam da análise das hipóteses, variáveis e indicadores produzidos no âmbito do estudo, tendo como base, os constrangimentos identificados como obstáculos ao desenvolvimento comunitário do distrito de Boane e onde a participação das duas Cooperativas em estudo torna-se crucial.

As recomendações deste estudo se estendem às duas Cooperativas tomadas como casos de estudo visto que não há diferenças significativas que impliquem a discriminação específica das recomendações para cada Cooperativa.

As recomendações são basicamente possíveis soluções práticas para impulsionar o desenvolvimento comunitário de Boane com a participação de todos os actores que já estão envolvidos e comprometidos neste processo e também para outros actores públicos e privados. O seu contributo, acredita-se, vai impulsionar e materializar as estratégias de desenvolvimento das comunidades daquele distrito e vai se cingir nos obstáculos identificados na componente empírica do estudo.

Sinergias Público-Privadas

A eficiência, eficácia e qualidade dos processos de desenvolvimento comunitário devem ser orientados por vários actores. Para que haja desenvolvimento no distrito de Boane, é necessário que haja investimento por parte das entidades públicas e privadas. No distrito de Boane não há clareza em relação às parcerias estabelecidas entre o sector público e privado e que, envolvam as Cooperativas e comunidades.

Para que haja uma maior intervenção do sector privado no processo de desenvolvimento comunitário, o Governo do Distrito deve ser o interlocutor entre os vários intervenientes, tal como, as empresas privadas, as Cooperativas e Associações na área agrícola, as Comunidades, Sociedade Civil, bem como outros actores pertinentes ao processo. Para o efeito, a Lei 15/2011, de 10 de Agosto, que regula as relações de sinergias público-privadas, deve ser revista para acomodar também projectos de média e pequena dimensão. A lei faz referência a parcerias público-privadas para investimentos de grandes dimensões.

Cabe ao Governo Distrital a responsabilidade de atrair investidores e parcerias devem ser estabelecidas com vista a atingir objectivos tangíveis: o impulsionamento do sector de agroprocessamento para que contribua para a mais-valia à cadeia de produção agrícola, empresas privadas que tenham como objectivo o desenvolvimento das capacidades agroecológicas do distrito onde as Cooperativas possam prestar serviços e, por sua vez, as comunidades estariam envolvidas na partilha de benefícios sociais e criação e manutenção de postos de trabalho e transferência de tecnologias e do “saber fazer” no âmbito das parcerias estabelecidas. A implementação de tais parcerias deve garantir a implementação de acções com vista ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

O Governo do Distrito de Boane, na alçada do presente ano ser considerado o ano internacional das Cooperativas pelas Nações Unidas, deve prestar maior atenção aos problemas que estas enfrentam e de forma conjunta estabelecer a ligação formal entre os vários actores intervenientes no processo de desenvolvimento comunitário.

Prestação de Serviços

A prestação de serviços pelas Cooperativas deve ser priorizada em função das necessidades das comunidades. Deverão ser estabelecidas parcerias que contribuam para o impulsionamento de acções que solucionem os problemas existentes nas comunidades e que sejam localmente sustentáveis. O facto de as Cooperativas não diversificarem os seus serviços, torna-lhes incapazes de contribuir para o desenvolvimento comunitário do distrito através de mobilização de recursos, e que, elas próprias aumentem o seu activo de modo a alavancarem o seu estatuto de empresa.

É crucial que, através de incentivos por parte do Governo e do sector privado, as cooperativas tenham acesso ao financiamento para a diversificação das suas actividades e de incremento de capacidade de resposta à demanda das comunidades.

A provisão de serviços pelas cooperativas deve fundamentalmente contribuir para a fortificação das mesmas para que promovam acções de capacitação e mobilização de novos membros e para que, as lideranças possam sempre pautar por uma gestão participatória e democrática de acordo com a Lei Geral sobre as Cooperativas Nº 23/2009.

As Cooperativas em estudo, ao diversificarem a prestação de serviços de modo a satisfazer as necessidades das comunidades, poderão, havendo vontade política, aumentar o espírito competitivo e aceder a mercados e financiamentos externos.

Capacitação Institucional

A capacitação institucional está ligada à formação dos actores comunitários, como sejam os líderes, quer sejam das Comunidades ou das Cooperativas e a profissionalização dos membros das Cooperativas. Os programas de alfabetização devem ser restabelecidos para que as Cooperativas e as Comunidades tenham acesso ao conhecimento de sistemas que usam tecnologias modernas de produção, para que possam elevar os seus conhecimentos sobre os planos económicos e sociais dos distritos bem como os investimentos feitos em várias áreas de desenvolvimento económico e social e possam influenciar políticas que lhes favoreçam e de forma abrangente tragam benefícios às comunidades e que possam documentar experiências que sejam de grande-valia para gerações vindouras.

Deste modo, os níveis de competitividade poderão aumentar em benefício das Cooperativas Agrícolas do Distrito de Boane. Assim, os líderes das Cooperativas estariam em condições de negociar contratos que seriam benéficos às mesmas e, através de estratégias adequadas, atrairiam novos apoios e investimentos aos projectos de sustentabilidade técnica e financeira.

Pequenas e Médias Empresas

O Governo Distrital deve divulgar as estratégias inerentes à criação e promoção de Pequenas e Médias Empresas como actores fundamentais no processo de desenvolvimento. As Cooperativas como empresas devem tomar conhecimento dos apoios que poderão advir do Governo para que possam beneficiar das políticas existentes. Crucialmente, devem conhecer os aspectos ligados ao acesso ao crédito e aos subsídios em certas áreas de desenvolvimento para a sua sustentabilidade financeira.

O aparecimento de PMEs impulsiona o desenvolvimento das comunidades através da criação de emprego e disponibilização de vários serviços à comunidade. Para que em Boane as comunidades se desenvolvam, deverá surgir do Governo Distrital a iniciativa de promover PMEs com recurso a oportunidades de negócios e incentivos para a sua sustentabilidade.

As PMEs representam para as comunidades um papel fundamental, pois, são elas que providenciam serviços e produtos a preços baixos mas, para que elas possam efectivamente contribuir para o desenvolvimento comunitário, o Governo Distrital deve providenciar assistência técnica e facilitar o acesso ao crédito para que se crie renda e sustentabilidade destas.

Participação em Grupos e Redes Sociais

Os resultados da pesquisa mostraram que há uma interacção bastante significativa entre os membros das comunidades no que concerne às redes sociais comunitárias e grupos de interesse. Para que as comunidades em Boane possam participar em pleno no desenvolvimento socioeconómico devem ter a possibilidade de explorar grupos e redes sociais extra-comunitários. Os agentes económicos, as instituições públicas, as associações e outros grupos que possam ser de interesse às comunidades em Boane devem consolidar laços de confiança para a implementação de políticas públicas.

Assim sendo, os membros das Cooperativas e das Comunidades devem desenvolver laços de confiança com outras redes sociais e outros grupos, explorando assim as potencialidades existentes a nível do País, da região austral de África e do mundo. Deve-se desenvolver o capital social extra-comunitário (capital social de ponte e de conexão). É recomendável para as Comunidades do distrito de Boane que a participação em redes sociais seja no âmbito de contactos que surjam de laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos criando capital social de ponte. Por outro lado, devem as mesmas Comunidades estabelecer ligações com entidades ligadas a organizações formais que possam trazer uma mais valia ao desenvolvimento do distrito de Boane, criando, por inerência, capital social de conexão.

O capital social extra-comunitário é extremamente importante e recomendável, pois, cria relações sociais que geram capital onde as comunidades interagem com grupos sociais e económicos externos, permitindo assim, que os indivíduos estabeleçam relações sociais que possibilitem trocas (relações de mercado) e acesso a informações (conhecimento).

Disseminação e Partilha de Informação

Sendo o acesso e partilha de informação fundamental para o desenvolvimento económico, as Cooperativas devem se preocupar com o acesso à informação através de meios oficiais, tais como o Governo e meios de comunicação social e através de laços fracos que estão conectados às mesmas. Os laços fortes são àqueles onde a disseminação e partilha de informação já é uma prática. Os laços fracos incentivam a criação de redes sociais que trazem informações novas que ampliam o alcance de informações e criam as mais diversas oportunidades.

Porém, para que haja mudanças que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico, é importante que as Cooperativas maximizem o acesso à informação. Munidos de informações cruciais, os actores de desenvolvimento comunitário estarão em condições de participar activamente na elaboração de políticas públicas bem como, poderão efectivamente monitorar as acções do Governo em prol das comunidades rurais.

Participação e Mobilização Comunitária

Os resultados do estudo indicam que, apesar de os membros das Cooperativas e da Comunidade participarem dos processos de tomada de decisão, e, desta forma, influenciarem processos em seu benefício, ainda constitui preocupação o facto de as petições ou manifestação de protestos ainda não serem reconhecidos como processos democráticos. Há uma necessidade de participação das comunidades usando canais formais para reivindicar os seus direitos seja reconhecida pelas mesmas e pelo Governo Distrital.

A participação das Cooperativas e Comunidades na vida política do distrito é notória e, embora a consciência dos membros seja elevada em relação à mobilização e participação comunitárias, ainda é pertinente a promoção de consciência cívica nos membros. A consciência cívica a que se refere o estudo é a de construção de comunidades críticas, activas e intervenientes com base numa identidade particular e exímia.

É pertinente que acções com vista ao fortalecimento e empoderamento da mulher constituam agenda primordial do Governo Distrital. Deste modo, a participação nos processos de tomada de decisão será efectiva.

Para o efeito, acções de capacitação e consciencialização são necessárias de modo a que seja criada uma base democrática, onde a participação e mobilização serão factores fundamentais para a contribuição no desenvolvimento comunitário de Boane. Assim, o nível de influência das Cooperativas nas políticas de governação distrital será mais visível, contribuindo para o desenvolvimento comunitário.

BIBLIOGRAFIA

- Ameida, João C. (2007) 'Antropologia da Solidariedade'. Disponível em <http://www.hottopos.com> (acessado em 20 de Maio de 2010).
- Arrow, Kenneth J. (1999) 'Observations on social capital'; pp. 3-5; In Dasgupta, Partha and Stiglitz, Joseph E. (eds) *Social Capital: a Multifaceted Perspective*. Washington, D.C: The World Bank.
- Assembleia da República (2009) 'Lei Geral sobre as Cooperativas'. *Boletim da República*. I Série, Nº 38. Maputo.
- Australian Bureau of Statistics (2002) 'Social Capital and Social Wellbeing'. *Discussion Paper*. Canberra: Australian Bureau of Statistics.
- Baster, Nancy (1972) 'Development Indicators: An Introduction'. *The Journal of Development Studies*, Volume 8, Nº 3, pp: 1-20.
- Barkus, Viva O, Davis, James H. (2009) *Social Capital, Reaching Out, Reaching In*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited.
- Berger, Peter L. (1992) *A Revolução Capitalista*. Volume 5, Belo Horizonte: Editora Italiana Limitada.
- Birchall, Johnston (2003) 'Rediscovering the Cooperative Advantage: Poverty Reduction Through Self-Help'. Geneva: International Labour Office.
- Biza, Adriano M. (2009) 'Jovens e Associações em Moçambique: Motivações e Dinâmicas Actuais'. *Saúde Social*, Vol. 18; Nº 3; pp: 382-394.
- Boeira, Sérgio L. e Borba Julian (2006) 'Os Fundamentos Teóricos do Capital Social'. *Ambiente e Sociedade*. Vol. 9, Nº1, pp. 187-193.
- Brown, Thomas (1998) 'Theoretical Perspectives on Social Capital'. Disponível em: <http://www.hal.lamar.edu/~BrownTF?SOCCAP.HTML> (acessado em 20 de Janeiro de 2006).
- Burt, Ronald S. (1992) *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Cambridge: Harvard University Press.
- Carrilho, João. Benfica Rui, Tschirley David, Boughton, Duncan (2003) 'Qual o papel da Agricultura familiar comercial no desenvolvimento rural e redução da pobreza em Moçambique'. Relatório de Pesquisa, Maputo: MADER.
- Castilhos, Dino (2002) 'Capital Social e Políticas Públicas: Um Estudo da Linha Infra-estrutura e Serviços aos Municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar'. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Económicas. Programa de Pós

Graduação em Desenvolvimento Rural. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2814/000326468.pdf?sequence=1> (acessado em 27 de Abril de 2010).

Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais (2010) Estudo sobre o Impacto da Política Agrária em Moçambique'. Estudo encomendado pela ORAM e ROSA. Maputo

Coelho, Sandra L. (2008). Participação Social e Associativismo em Portugal: Breves Apontamentos de um Estudo de Caso de uma Associação de Promoção de Comércio Justo'. Working Paper nº 29; *Instituto de Sociologia*. Universidade do Porto.

Coleman, James S. (1990) *Foundations of Social Theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

Comité de Conselheiros (2003) *Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação*. Maputo.

Combessie, Jean Claude (2004) *O Método em Sociologia*. São Paulo: Edições Loyola.

Conselho de Ministros (2001) *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA)*. Documento de Estratégia e Plano de Acção para a Redução da Pobreza e Promoção de Crescimento Económico. Maputo.

Conselho de Ministros (2006) *Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA II)*'. Maputo.

Costa, Maria A. N. (2003) Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais: a Favela da Mangueira no Rio de Janeiro'. *Sociologia e Política*. Nº21, pp: 147-163.

Covane, Luis (2001) *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia.

Cresswell, John (2003) *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. United States of America: Sage Publications.

D'araújo, M. C. (2003) *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

DeFilippis, James (2001) The Myth of Social Capital in Community Development'; *Housing Policy Debate*; Vol. 12; Nº 4; pp. 781-806.

Department for International Development (DFID) Working with Co-operatives for Poverty Reduction' *Briefing Note*. London: DFID.

Dudwick, Nora, Kathleen Kuehnast, Veronica Nyhan Jones and Michael Woolcock (2006) Analyzing Social Capital in Context: A Guide to Using Qualitative Methods and Data'; *World Bank Institute Working Paper Nº 37260*. Washington, DC: World Bank.

- Evans, Peter (1997) Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy': pp. 178-209. In Peter Evans (ed.) *State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development*. Berkeley: University of California, International and Area Studies.
- Eys, Tinie V. (2002) Solidariedade com os Pobres ou Comércio no Mercado do Desenvolvimento? As Organizações Não Governamentais em Moçambique'. Maputo: Associação Moçambicana Progresso.
- Ferrinho, Homero. (1978). *Cooperativas e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Fontes, Breno, Augusto Souto Maior (2004) A Formação de Capital Social para uma Comunidade de Baixa Renda'; *Revista hispana para el análisis de redes sociales*; Vol. 7; Nº 2; pp. 1-33.
- Francisco, António A. (2007) *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua compreensão crítica*. Maputo: CIEDIMA, SARL.
- Francisco, António A. S. e Matter Konrad (2007) Poverty Observatory in Mozambique – Final Report'. Disponível em: <http://www.gersterconsulting.ch/docs/Mozambique-Poverty-Report.pdf> (acessado em 25 de Novembro de 2010)
- Franco, Augusto (2001) *Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy*. Brasília: Instituto de Política Millenium.
- Fukuyama, Francis (1999) Social Capital and Civil Society'. *The Institute of Public Policy*, Prepared for delivery at the IMF Conference on Second Generation Reforms; George Mason University.
- Gil, António C. (1999) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- Governance and Social Development Research Centre (GSDRC) (2011) Cooperatives and Development'. Helpdesk Research Report.
- Granovetter, Mark. (1973) The Strength of Weak Ties'. *The American Journal of Sociology*; Vol. 78; Nº 6; pp:2.
- Granovetter, Mark (1985) Economic Action and Social Structure, the Problem of Embeddedness'; *The American Journal of Sociology*. Vol. 91; Nº 3, pp: 481-510.
- Grootaert, Christiaan (1998) Social Capital': The Missing Link?' *Social Capital Initiative Working Paper Nº 3*. Washington D.C.: World Bank.
- Grootaert, Christiaan, Narayan Deepa, Jones Verónica N., Woolcock Michael (2003) Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)'. Disponível em: <http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf> (acessado em 8 de Fevereiro de 2010).

Grootaert, Christiaan and Thierry van Bastelaer (2001) 'Understanding and Measuring Social Capital: A Synthesis of Findings and Recommendations from the Social Capital Initiative'; *Social Capital Initiative Working Paper No. 24*. Washington, D.C.: World Bank.

Hanlon, Joseph (1997) *Paz Sem Benefícios. Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique*. 1ª Edição; Nº 10; Maputo: Imprensa Universitária.

Ingrahm, Barbara (1995) *Economics and Development*. Maidenhead. England: McGraw-Hill.

International Co-operative Alliance (2007) 'Co-operative Sectors'; Disponível em: <http://www.ica.coop/coop/sectors.html> (acessado em 15 de Setembro de 2011).

Instituto Nacional de Estatística (INE). *Censo Agro-pecuário 1999-2000, Resultados Definitivos*. Maputo: INE.

International Labour Organization (ILO) (2002) 'ILO Recommendation 193 on Cooperative Promotion'. Geneva: ILO.

Jones, Verónica Nyhan and Michael Woolcock (2007) 'Using Mixed Methods to Assess Social Capital in Low Income Countries: A Practical Guide'; *Brooks World Poverty Institute Working Paper 12*. Manchester: Brooks World Poverty Institute; University of Manchester.

Kabbaj, Omar (2003). *The Challenge of African Development*. New York: Oxford University Press.

Keil, Ivete e Monteiro, Silvio (1982) 'Os Pioneiros de Rochdale e as Distorções do Cooperativismo na América Latina'. Disponível em: http://cootrade.com.br/textos_artigo_pioneirosrochdale.pdf. (acessado a 18 de Dezembro de 2010).

Khan, Ahmad, S. e Silva, Lúcia M. R. (2005) 'Capital Social das Comunidades Beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/Projecto São José – PSJ – Estado do Ceará'. *RER*, Vol. 43, Nº 01, pp 101-117:

Koche, José Carlos (2000) *Fundamentos da Metodologia Científica*. 17ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes.

Lazzarini, Sérgio G., Chaddad Fábio R., Neves Marcos F. (2000) 'O Conceito de Capital Social e Aplicações para o Desenvolvimento e Estratégia Sustentável'. *Preços agrícolas*; Nº 163; pp. 11-13.

Lin, Nan (2001) *Social Capital: A Theory of Social Structure and Action. Structural Analysis in the Social Science*; New York: Cambridge University Press.

Loebel, Eduardo; 'As Noções de Capital Social e Pobreza no Brasil'. Disponível em <http://www.faculdadesaoluis.br/downloads/revista14/pobreza1.pdf>, (acessado em 25 de Novembro de 2010).

Luzatti, Enrico, Navarra Cecilia. (2004) *As Cooperativas como Instrumento de Luta à Pobreza nos Países em Vias de Desenvolvimento, o Caso de Moçambique*’. Quaderno N° 5, Maputo: Embaixada da Itália em Moçambique

Marteleto, Regina M., António B. de O. Silva (2004). *Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o Desenvolvimento Local*’; *Ciências da Informação Brasília*; Vol. 33; N°3; pp. 41-49.

Maússe, Miguel A. (2009) *Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de Caso da Localidade de Chijinguire*. Maputo: Ciedima, SARL.

Mazula, Brazão (2005) *Ética, Educação e Criação de Riqueza: Uma Reflexão Epistemológica*. Maputo: Imprensa Universitária.

Ministério da Administração Estatal (2005) *Perfil do Distrito de Boane – Província de Maputo*. Maputo: MAE.

Ministério da Indústria e Comércio (2010) *Relatório de Balanço 2010*’. Distrito de Boane: Serviços Distritais de Actividades Económicas.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2007) *Plano Director de Extensão Agrária 2007-2016*’. Maputo: Direcção Nacional de Extensão Agrária.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2006) *Trabalho de Inquérito Agrícola: Resultados Preliminares do TIA 2006*’. Maputo: Direcção de Economia.

Ministério da Agricultura (1982) *Contribuição para o Programa de Cooperativação do Campo*’. Maputo.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento (2007) *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Maputo: MPD.

Ministry of Agriculture and Rural Development (2004) *ProAgri II. Strategy Document*’. Maputo.

Moraes, Jorge, L. A. (2003) *Capital Social e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável*’. Disponível em:

http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa2/4.pdf (acessado em 30 de Janeiro de 2011).

Mosca, João (2009) *Economia Informal, Informalidades e Desenvolvimento*’. Conference Paper n° 34, II Conferência Dinâmica da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Mosca, João (2008) *Agricultura e Desenvolvimento em África*. Lisboa: Editora Piaget.

Mosca, João (2010) *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Maputo: Escolar Editora.

Mosca, João (2008) Agricultura de Moçambique Pós-independência: da Experiência Socialista à Recuperação do Modelo Colonial'. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, III Série, Nº 21, pp.47-66.

Muthemba, M. (1998) Cooperativas agrícolas em Moçambique no pós-independência: o caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane'. Dissertação de Licenciatura em História. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras. Maputo.

Negrão, José (2003) Como Induzir o Desenvolvimento em África'. *O Economista*. Coleção de documentos de trabalho. Nº61.

OCDC (2007) *Cooperatives Pathways to Economic, Democratic and Social Development in the Global Economy*. Washington, D. C.: OCD and USAID.

Oladele, O. I. e Monkhei M. (2009) Structural Changes in Livestock Marketing Cooperatives in Botswana: A Two Decades Analysis'. *Livestock Research for Rural Development*. 21 (6), Published on 1st of June 2009.

Oliveira, Maria M. (2007) *Como fazer Pesquisa Qualitativa*. 1ª Edição, Petrópolis: Editora Vozes.

Pereira, Bruno A. D. (2009) Análise da Eficiência em Cooperativas Agro-pecuárias no Estado do Rio Grande do Sul'; *Universo Contábil*; Vol. 5, Nº 2, pp. 39-57.

Pollet, Ignace (2009) Cooperatives in Africa: The Age of Reconstruction – Synthesis of a Survey in Nine African Countries'; *COOPAFRICA Working Paper No. 7*. Dar Es Salaam, Tanzania: COOPAFRICA / International Labour Office.

Pollet, Ignace and Patrick Develtere (2004) Development Co-operation: How Co-operatives Cope. A Survey of Major Co-operative Development Agencies'. Louven, Belgium: Cera Foundation.

Portes, Alejandro (2000) Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea'; *Sociologia, Sielo Portugal*. Sociologia nº33, Oeiras.

Portes, Alejandro (2000) The Two Meanings of Social Capital'; *Sociological Forum*; Vol. 15, Nº1, pp 1-12.

Productivity Commission (2003) *Social Capital: Reviewing the Concept and Its Policy Implications*. Commission Research Paper, AusInfo, Canberra: Productivity Commission.

Putnam, Robert, Helliwell John F. (1995) Economic Growth and Social Capital in Italy'. In Partha Dasgupta and Ismail Seralgedin (eds) Op. Cit., pp.253-268.

Putnam, Robert (2001) Social Capital – Measurement and Consequences'. In Human Resources Development Canada (HRDC) and Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)

The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being. International Symposium Report. Quebec City, Canada: HRDC and OECD.

Reis, Bruno P.W. (2003) Capital Social e Confiança, Questões de Teoria e Método'; *Sociologia e Política*; N°21, pp. 35-49.

Reimer, Bill (2006) The Rural Context of Community Development in Canada'; *Journal of Rural and Community Development*; Vol. I; N° 2; pp. 155-175.

Romão, Paulo (2011) Cooperativas Agro-Pecuárias como Instrumento para o Desenvolvimento Local: O Caso da Cooperativa Eduardo Mondlane, Distrito da Manhiça, Província de Maputo'. Tese de Mestrado; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal; Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Sachs, Ignacy, Lages Vinicius N. (2001) Capital Social e Desenvolvimento, Novidade para Quem?' Conferência Regional sobre Capital Social e Pobreza. CEPAL e Universidade do Estado de Michigan, Santiago, Chile.

Sen, Amartya. (2003) *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Edição Gradiva.

Shneider, Sérgio (2004) A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e as Articulações Externas'; *Sociologias*: Ano 6, N° 11; pp. 88-125.

Silva Júnior, José Deocleciano de Siqueira. O Capital Social: Discussão em Torno da Construção de um Conceito'. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br> (acessado em 25 de Março de 2010).

Simmons, Richard and Johnston Birchall (2008) The role of the Co-operatives in Poverty Reduction: Network Perspectives'; *LSE NGPA Working Paper Series 10*. London: LSE.

Sitoi, Tomás A. (2005) Agricultura familiar em Moçambique, estratégias de desenvolvimento sustentável'. Disponível em: http://www.sarpn.org.za/documents/d0001749/Agricultura_Mocambique_June2005.pdf. (acessado em 28 de Março de 2009).

Sobel, Joel (2002) Can We Trust Social Capital?'; *Journal of Economic Literature*. Vol. 40, N° 1; pp. 139-154.

Stone, Wendy (2001) Measuring Social Capital: Towards a Theoretically Informed Measurement Framework for Researching Social Capital in Family and Community Life'. *Research Paper* N° 24. Melbourne: Australian Institute of Family Studies.

Schuller, Tom (2001) The Complementary Roles of Human and Social Capital'. In Human Resources Development Canada (HRDC) and Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) *The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being*. International Symposium Report. Quebec City, Canada: HRDC and OECD.

Stone, Wendy and Jody Hughes (2002) Social Capital: Empirical Meaning and Measurement Validity'. *Research Paper* Nº 27. Melbourne: Australian Institute of Family Studies.

Strauss, Anselm and Corbin, Juliet (1990) *Basics of Qualitative Research*. Newbury Park, Califórnia: Sage Publications.

Tchami, Guy (2007) *Handbook on Cooperatives for Use by Workers's Organizations*. Geneva: International Labour Office.

Thomas, Alan, Tim Allen (eds). (2000) *Poverty and Development into the 21st Century*. New York: Open University in association with Oxford University

Todaro, Michael (1995) *Economic Development*. Fifth edition, Londres: Longman edition.

Traquino, Salvador (2009) Dilemas do Desenvolvimento Comunitário no Distrito de Boane, 2001-2008'; Tese de Mestrado; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal; Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

UK Office for National Statistics (2001) Social Capital: A Review of the Literature'. London: Office for National Statistics.

United Nations (2010) Resolution 64/136: Cooperatives in Social Development'; *A/RES/64/136*. New York: United Nations.

United Nations (2009) Resolution 64/136: Cooperatives in Social Development'; *Report of Secretary-General*. New York: United Nations.

United Nations (UN) (2007) Cooperatives in Social Development'. Report of the Secretary-General. New York: UN.

United States Overseas Cooperative Development Council (OCDC) (2009) Measuring Cooperative Success: New Challenges and Opportunities in Low and Middle Income Countries. Washington, DC.: OCDC and USAID.

Van de Loo, Anthony (1984) Análise do Movimento Cooperativo na Área de Influência do Programa CRE'. Mapupulo: Centro Regional de Experimentação e Desenvolvimento.

Valá, Salim C. (2007) A Riqueza está no Campo: Economia Rural, Financiamento aos Empreendedores e Fortalecimento Institucional em Moçambique'; Conference Paper nº 39. Conferência Inaugural do IESE. Maputo: IESE.

Vella, V., Narajan, D. (2006). Building Indices of Social Capital and Its Incomes'. Disponível em: <http://www.sociology.org/content/2006/tier1> (acessado em 20 de Setembro de 2010).

Wanyama, Frederick O., Patrick Develtere and Ignace Pollet (2009) 'Reinventing the Wheel? African Cooperatives in a Liberalized Economic Environment'; *COOPAFRICA Working Paper No. 1*. Dar Es Salaam, Tanzania: COOPAFRICA / International Labour Office.

Wikipedia, (2011). Enciclopédia online. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>

Woolcock, Michael (1998) "Social Capital and Economic Development: Toward a Theoretical Synthesis and Policy Framework"; *Theory and Society*; Vol. 27; Nº 2; pp. 151-208.

Woolcock, Michael (2001) 'The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes'; pp. 65-88. In Human Resources Development Canada (HRDC) and Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) *The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being*. International Symposium Report. Quebec City, Canada: HRDC and OECD.

Woolcock, Michael and Deepa Narayan (2000) 'Social Capital: Implications for Development Theory, Research and Policy'; *The World Bank Research Observer*; Vol. 15; Nº 2; pp. 225-249.

Yussuf, Adam (1989) 'Ajudar a Quem se Ajuda a si Próprio: Iniciativas de Desenvolvimento em Moçambique: Avaliação de Projectos pela Helvetas em Boane e Tete'. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

Zeuli, Kimberly (2002) 'The Role of Cooperatives in Community Development'; *University of Wisconsin Bulletin No. 3*. Available at: www.wisc.edu.uwcc (acessado em 3 de Julho de 2012).

Zhang, Chao, Zhang Nan. (2008) 'The Cultivation of Farmer's Social Capital from the Perspective of the New Rural Construction'; *International Journal of Business and Management*; Vol. 3, Nº 7; pp. 76-82.

Zhang, Y. (1988) 'Definition and Sciences of information'. *Information Processing and Management*. Vol. 24; Nº 4; pp 203-209.

Anexos

Anexo 1: Questionário de Pesquisa de Campo**QUESTIONÁRIO****MS – Muito Satisfatório****SAT- Satisfatório****NS – Não Satisfatório**

1. Variável de Sinergias Público-Privadas	MS	SAT	NS
Grau de participação das cooperativas nos encontros de planificação do Governo Distrital			
Nível de conhecimento dos programas do Governo Distrital			
Tipo de benefícios como consequência dos programas do Governo Distrital			
Grau de participação dos programas do sector privado			
Iniciativas provenientes do sector privado			
Nível de contribuição do sector privado nas acções levadas a cabo pelas Cooperativas			
Parcerias existentes entre as Cooperativas, sector privado e Governo			
Ganhos económicos como resultado do envolvimento do sector público e privado em simultâneo			
Projectos de incentivo a cultura local			
Apoio Técnico por parte do Governo Distrital			

2. Variável de Desenvolvimento Comunitário			
2.1 Prestação de Serviços	MS	SAT	NS
Grau de uso dos recursos humanos locais disponíveis			
Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas na tomada de decisões sobre os serviços a serem oferecidos			
Grau de envolvimento dos membros das Cooperativas no processo e nos mecanismos de prestação de serviços necessitados pelos membros da comunidade local			

Quantidade de fluxo contínuo e troca de informação entre os provedores e utilizadores de serviços das Cooperativas			
Quantidade e qualidade de parcerias existentes entre os provedores de representantes das comunidades na planificação, prestação, gestão e avaliação dos serviços prestados			
Nível de qualidade de serviços prestados pelas Cooperativas			
Grau de capacidade das Cooperativas em responder à demanda dos seus clientes			
2.2 Capacitação Institucional	MS	SAT	NS
Grau de elevação da consciência dos membros das Cooperativas para reivindicar a realização dos seus direitos legítimos			
Grau de construção de uma mentalidade nova para a mobilização social			
Grau de ênfase na formação e alfabetização dos membros das Cooperativas			
Grau de elevação da capacidade de negociação das mulheres			
Grau de ênfase de formação dos líderes das Cooperativas			
Grau de sustentabilidade da liderança das Cooperativas em atrair novos apoios e acesso aos serviços de sustentabilidade técnica e financeira			
Grau de aumento do rendimento dos membros das Cooperativas			
2.3 Promoção de PMEs			
Quantidade de PMEs existente na comunidade local.			
Quantidade de acções em curso para a criação de novos empregos e auto-emprego			
Grau de inclusão dos princípios de sustentabilidade na promoção PMEs.			
Quantidade de pequenos empresários que surgiram como resultado da promoção de PMEs			
Grau de diversificação das actividades económicas ao nível comunitário			

3. Variável de Participação em Grupos e Redes Sociais	MS	SAT	NS
Grupos e redes sociais a que pertencem os membros das Cooperativas			
Grau de participação dos membros em outros grupos e redes sociais			
Nível de importância dos grupos e/ou redes sociais			

Frequência em que a participação se deu nos grupos e redes sociais			
Benefícios em grupos ou redes sociais			
Acesso a serviços através dos grupos ou redes sociais			
Nível de diferenças entre os membros no que concerne a riqueza, renda, posição social, origem étnica e raça			
Grau de conflitos devido a esses factores			
Nível de violência causado pelos conflitos			
Grau de sociabilidade entre os membros das Cooperativas e entre estes e as comunidades			

4. Variável de Disseminação e Partilha de Informação	MS	SAT	NS
Acesso a informações importantes sobre as acções do Governo			
Acesso a informações sobre a actividade agrícola			
Grau de comunicação entre os membros das cooperativas			
Fontes de informação existentes			
Efeito das informações na vida dos membros das Cooperativas			

5. Variável de Promoção de Solidariedade e Confiança	MS	SAT	NS
Nível de participação em actividades comunitárias			
Nível de contribuição em benefício da comunidade através de recursos materiais e/ou financeiros			
Nível de contribuição em benefício da comunidade através de tempo			
Cooperação entre os membros das Cooperativas na resolução de problemas da comunidade			
Nível de confiança entre as pessoas que são membros das Cooperativas			
Nível de confiança em relação aos líderes das Cooperativas			
Nível de confiança em relação ao governo local			
Nível de confiança em relação aos líderes da comunidade			
Nível de confiança em relação a outros grupos			

6. Variável de Participação Comunitária	MS	SAT	NS
Nível de influência das Cooperativas nas políticas de governação local			
Grau de participação dos membros na vida política e exercício de cidadania			
Nível de participação das Cooperativas na governação local			
Frequência no encaminhamento de documentação ou petições ao governo local			
Nível de participação das mulheres			
Número de contactos feitos ao governo distrital			
Organização de encontros ou manifestação de protestos			
Cartas escritas aos órgãos de informação como posicionamento sobre assuntos ligados ao desenvolvimento da comunidade			

7. Variável de Mobilização Comunitária	MS	SAT	NS
Capacidade dos líderes das cooperativas de incentivar, valorizar e apoiar iniciativas dos seus membros			
Capacidade dos líderes das cooperativas de consciencializar os membros das comunidades para um envolvimento mais activo no desenvolvimento comunitário			
Grau de promoção de iniciativas próprias e actividades de auto-mobilização pelos membros da comunidade			
Grau de envolvimento das mulheres na tomada de decisões			
Grau de envolvimento dos membros das cooperativas em actividades cívicas da comunidade local			
Grau de tomada de decisões dos membros das cooperativas que tragam mudanças na sua vida			
Grau de tomada de decisões dos membros das cooperativas na governação distrital			
Grau de satisfação dos membros em relação às decisões tomadas			
Capacidade organizacional dos membros da comunidade			

Anexo 2: Lista de Pessoas Entrevistadas e Inquiridas

2.1 Membros da Cooperativa 25 de setembro

1. Perina Mussane
2. José Francisco
3. Felizardo Saue
4. Alfredo Chavanguane
5. José Samo
6. Flora Mboane
7. Alberto Sitoi
8. Luis Tumbo
9. Jaqueline Mugabe
10. Francisco Chirindza
11. Alberto Chirindza
12. Carlina Nhambe
13. Daniel Mate
14. Joana Chirindza
15. Pascoal Bila
16. Deolinda Chaúque
17. Nosta Paquea
18. Albertino Cossa
19. Pedro Simbine
20. Nunes Nhamaiavo
21. Armando Samba
22. Ivone Mulhui
23. Alice Machava
24. Julieta Benzane
25. Carlos Mucache
26. Paulina Budula
27. Joana Macaringue

2.2 Membros da Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Laura Manjate
2. Otilia Beatriz Nuvunga
3. Rita Nataniel
4. Amélia Américo
5. Julieta Zibia
6. Beatriz Simitela
7. Beatriz Chambisse
8. Celeste Chavango
9. Domingos Tovela
10. Lúcia Munguambe
11. Elisa Cossa
12. Olga Monjane

13. Celezina Muiambo
14. Mariana Carri
15. Marta Macovele
16. Paulina Sitoi
17. Maria Mapanzene
18. Palmira Chaúque
19. Felicidade Sitoi
20. Hortência Ntivane
21. Elisa Macuácuá
22. Florinda Luis
23. Jessi Parqui
24. Marta Sitoi
25. Alexandrina Vilanculo
26. António Jafar
27. José Zandamela

2.3 Entrevistas

Cooperativa 25 de Setembro

1. Albertina Bila - Presidente
2. Júlia Tembe - Membro
3. Alfredo Chavanguana- Membro

Cooperativa Agro-pecuária de Campoane

1. Eva Osias – Vice-Presidente

UNAC – Boane

1. José Nassone

Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAEs) – Boane

1. Vitória Nhampalele

